





## **Tribunal de Contas da União**

Setor de Administração Federal Sul, Quadra 4, lote 1, Brasília-DF,  
CEP 70042-900

Secretaria-Geral da Presidência  
Secretaria de Planejamento e Gestão  
(61) 3316-7374/7498 - seplan@tcu.gov.br

Ouvidoria do Tribunal de Contas da União  
0800-441500 - ouvidoria@tcu.gov.br

### **Ministros**

Ubiratan Aguiar, presidente  
Benjamin Zymler, vice-presidente  
Marcos Vilaça  
Valmir Campelo  
Walton Alencar Rodrigues  
Augusto Nardes  
Aroldo Cedraz  
Raimundo Carreiro  
José Jorge

### **Auditores**

Augusto Sherman Cavalcanti  
Marcos Bemquerer Costa  
André Luís de Carvalho  
Weder de Oliveira

### **Ministério Público**

Lucas Rocha Furtado, procurador-geral  
Paulo Soares Bugarin, subprocurador-geral  
Maria Alzira Ferreira, subprocuradora-geral  
Marinus Eduardo de Vries Marsico, procurador  
Cristina Machado da Costa e Silva, procuradora  
Júlio Marcelo de Oliveira, procurador  
Sergio Ricardo Costa Caribé, procurador

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**Secretaria-Geral da Presidência**  
**Secretaria de Planejamento e Gestão**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **Exercício 2008**

**BRASÍLIA-DF**  
**2009**

Brasil. Tribunal de Contas da União.  
Relatório de gestão: exercício 2008. – Brasília :  
TCU, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria de  
Planejamento e Gestão, 2009.  
66 p.

1. Tribunal de Contas da União, relatório, Brasil.
2. Planejamento. I. Título.

## APRESENTAÇÃO

---

Conforme estabelecido no art. 28, inciso XLII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, apresento o relatório da Gestão Institucional atinente ao exercício de 2008.

Assim como nos últimos anos, esta resenha das principais realizações do TCU, das áreas fim e de apoio, está estruturada em itens temáticos representativos de critérios utilizados pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), do Governo Federal: liderança, estratégias e planos, cidadãos e sociedade, informação e conhecimento, pessoas e processos.

Passo a assinalar algumas realizações de grande impacto para esta Corte, durante o exercício de 2008, as quais se inserem num contexto de longa seqüência de administrações bem-sucedidas no Tribunal de Contas da União.

A reestruturação da Secretaria do Tribunal procurou alinhar-se à realidade fática criada a partir da modelagem e de melhoria de processos de trabalho, bem como da incorporação à rotina de produtos obtidos em projetos e de outras inovações viabilizadas por meio da implantação dos planos institucionais.

O índice de alcance das metas pactuadas, no âmbito do Plano de Diretrizes para 2008, alcançou o valor de 97%. Destaque para o benefício apurado das ações de controle, que ficou na ordem de R\$ 31 bilhões, valor 27 vezes maior que o orçamento do TCU no período. Esse expressivo resultado reafirma o compromisso e o empenho da Instituição em atuar em áreas de maior risco e relevância, para proporcionar economia de recursos e melhoria dos serviços públicos ofertados à sociedade.

Com o Poder Legislativo, a interação foi plena. O Tribunal atuou intensamente no atendimento às demandas de cada Casa do Congresso, tendo inclusive regulamentado o trâmite de processos de solicitação do Congresso Nacional, por meio da Resolução nº 215/2008, com vistas a permitir maior agilidade, qualidade, uniformidade e entrega de resultados efetivos ao órgão solicitante.

O Tribunal participou de várias audiências promovidas pelas comissões do Congresso Nacional, as quais contaram com a presença de representantes de diversos órgãos e entidades da Administração Pública e da sociedade civil. Essas reuniões de audiência pública, ao mesmo tempo em que aperfeiçoaram os laços entre o Tribunal e o Parlamento, se traduziram em significativas oportunidades para a discussão de temas

indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional.

Ainda nesse contexto, destaco a entrega ao Congresso Nacional do resultado das 153 fiscalizações em obras públicas, além de 255 acompanhamentos por meio de sistema informatizado. Foram quase 24 bilhões de reais fiscalizados. Esses trabalhos trouxeram inegáveis benefícios ao Erário e à sociedade brasileira, bem como subsidiaram o Congresso Nacional na elaboração do Orçamento-Geral da União de 2009. O saneamento das irregularidades identificadas proporcionou economia de R\$ 2,8 bilhões aos cofres públicos.

A todo o tempo, buscou o TCU demonstrar, com ações concretas, que somos parceiros confiáveis e temos muito a contribuir. No plano do controle social, isso é observado pelo aumento das denúncias e representações endereçadas ao Tribunal, bem como do acionamento da nossa Ouvidoria. É a participação do cidadão, ao informar possíveis irregularidades na gestão dos recursos públicos, que fortalece a democracia e o exercício da cidadania.

Diversas iniciativas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação foram implementadas, garantindo dessa forma notáveis resultados relativos à ampliação do uso de soluções de TI, à melhoria da governança de TI e melhores práticas e à segurança da informação.

A melhoria das instalações físicas teve continuidade no exercício. No edifício-sede, foram iniciados os diagnósticos para substituição dos sistemas de climatização, elétrico, telefônico e de rede, já obsoletos. Houve a padronização de mobiliário e novos móveis foram adquiridos. Nos anexos, iniciou-se a substituição do sistema de climatização, a instalação da nova programação visual e a ampliação da central telefônica. Todos os esforços foram envidados no prosseguimento da construção do anexo III. Nos estados, destaca-se a inauguração da nova sede da Secex-SP.

A gestão de pessoas, baseada no estímulo ao comprometimento e à motivação do corpo técnico com a organização, foi uma das prioridades da gestão. Diversas ações possibilitaram o aumento da capacitação do corpo técnico. Nova resolução dispôs sobre o desenvolvimento de ações de educação, com a adoção de conceitos compatíveis com a Política de Gestão de Pessoas do TCU. Os eventos promovidos pelo ISC no exercício superaram em 75% o índice alcançado em 2007.

As realizações por ora destacadas aliadas às demais constantes deste relatório apenas confirmam a contínua melhoria do desempenho do TCU. Os avanços

obtidos nesta Casa são consequência do esforço de servidores, colaboradores e autoridades. Os resultados apurados possibilitam a esta Corte de Contas enfrentar os desafios advindos da crescente complexidade da administração pública, bem como ampliar a resposta aos anseios da sociedade, por melhores serviços, eficiência e efetividade no uso dos recursos públicos. Dessa forma, o controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas da União, se faz torna cada vez mais eficaz, nos seus objetivos constitucionais e legais definidos.

Brasília-DF, 25 de março de 2009.

Walton Alencar Rodrigues

# SUMÁRIO

---

<b>1. Liderança .....</b>	<b>9</b>
1.1. Composição do Colegiado e Reestruturação da Secretaria.....	9
1.2. Atividades Relacionadas a Órgãos e Entidades Internacionais .....	9
1.3. Acordos e Parcerias .....	13
1.4. Divulgação Institucional.....	15
<b>2. Estratégias e Planos .....</b>	<b>17</b>
2.1. Plano de Diretrizes .....	17
2.2. Gestão de Projetos.....	19
<b>3. Cidadãos e Sociedade .....</b>	<b>27</b>
3.1. Relacionamento com o Congresso Nacional.....	27
3.1.1 Audiências no Congresso Nacional.....	27
3.1.2. Fiscalização de Obras Públicas .....	29
3.2. Denúncias, Representações e Consultas.....	33
3.3. Ouvidoria.....	33
<b>4. Informação e Conhecimento .....</b>	<b>35</b>
4.1. Plano Diretor de TI .....	35
4.2. Sistemas Internos.....	36
4.3. Sistemas Externos .....	37
4.4. Portal TCU.....	39
4.5. Infra-Estrutura .....	40
4.6. Orçamento de TI .....	42
4.7. Governança de TI e Melhores Práticas .....	43
<b>5. Pessoas.....</b>	<b>45</b>
5.1. Gestão de Pessoas .....	45
5.2. Quadro de Pessoal.....	45
5.3. Capacitação de Servidores .....	47
5.4. Qualidade de Vida.....	49
<b>6. Processos .....</b>	<b>51</b>
6.1. Ações de Controle Externo.....	51
6.1.1. Processos de Controle Externo Apreciados Conclusivamente.....	51
6.1.2. Contas .....	52
6.1.2. Cobrança Executiva (CBEX) .....	53
6.1.3. Fiscalizações.....	53
6.1.4. Atos de Pessoal .....	55
6.1.5. Processos em Grau de Recurso .....	56
6.1.6. Avaliação de Programas do Governo.....	57
6.1.7. Avaliação de Desestatizações.....	57
6.1.8. Contas do Governo .....	58
6.1.9. Evolução dos Estoques de Processos .....	59
6.1.10. Indicador do TCU no PPA 2008 – 2011 .....	60
6.2. Gestão Orçamentária e Financeira .....	61
6.2.1. Racionalização de Custos Administrativos.....	63
6.2.2. Proposta Orçamentária para o Exercício de 2009.....	63
6.3. Imóveis, Obras e Engenharia .....	65

## QUADROS

---

1 – Participação do TCU em Organizações Internacionais de Fiscalização.....	10
2 – Acordos de Cooperação Técnica .....	14
3 – Grau de Alcance das Metas de 2008 .....	18
4 – Projetos Encerrados em 2008 .....	20
5 – Projetos em andamento no final de 2008 .....	22
6 – Pessoal alocado em projetos.....	25
7 – Perfil dos projetos .....	26
8 – Unidades Orçamentárias com Índícios de Irregularidades Graves (IG-P) .....	31
9 – Quantitativo de Índícios de Irregularidades Graves (IG-P) .....	32
10 – Benefícios Potenciais da Fiscalização de Obras .....	32
11 – Representações, Consultas e Denúncias.....	33
12 – Atuação da Ouvidoria .....	34
13 – Sistemas Externos Acessíveis pelo TCU.....	37
14 – Evolução do Correio Eletrônico .....	41
14 – Quantitativo de cargos do quadro de pessoal do Tribunal.....	46
15 – Lotação dos Servidores .....	47
16 – Processos Apreciados Conclusivamente.....	52
17 – Condenações e Sanções Aplicadas .....	52
18 – Encaminhamento de Títulos Executivos aos Órgãos Executores .....	53
19 – Fiscalizações Realizadas .....	54
20 – Áreas Fiscalizadas .....	55
21 – Atos de Pessoal Apreciados .....	55
22 – Evolução dos Estoques de Processos.....	60
23 – Índice de Apreciação de Processos Definido no PPA .....	60
24 – Execução Orçamentária e Financeira.....	61
25 – Previsão e Execução Orçamentária, por Projeto e Atividade .....	62
26 – Execução Orçamentária por Modalidade de Licitação Aplicável .....	62
27 – Evolução da Participação Orçamentária do TCU no OGU .....	65
28 – Situação dos Imóveis Ocupados pelas Secex Regionais .....	66

## GRÁFICOS

---

1 – Evolução do Orçamento de TI .....	43
2 – Distribuição dos Cargos Aprovados do Quadro de Pessoal .....	46
3 – Fiscalizações Realizadas por Iniciativa .....	54
4 – Atos de Pessoal Julgados Ilegais .....	56
5 – Resultado da Apreciação de Recursos .....	56
6 – Evolução dos Estoques de Processos .....	59
7 – Evolução do Índice PPA .....	61



## **1. LIDERANÇA**

---

Neste capítulo, são descritas as ações e práticas conduzidas em 2008, as quais evidenciaram os esforços da alta administração relacionados à reestruturação da Secretaria do TCU, à integração do Tribunal junto a importantes parceiros nacionais e internacionais, ao projeto de modernização do Tribunal e à divulgação da imagem da instituição junto à sociedade.

### **1.1. COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO E REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA**

Dois novos auditores passaram a integrar o TCU em 2008. Em 31.3.2008, tomou posse como auditor André Luís de Carvalho, que preencheu a vaga decorrente da aposentadoria do auditor Lincoln Magalhães da Rocha. Em 18.12.2008, Weder de Oliveira tomou posse como auditor, em vaga criada pela Lei nº 11.954/2008. Com a sua posse, o TCU passou a contar com a participação de quatro auditores. Em 14.11.2008, houve a aposentadoria do ministro Guilherme Palmeira.

A estrutura da Secretaria do TCU passou por alterações decorrentes da aprovação da Resolução nº 214/2008 (alterada pela Resolução nº 216/2008), que revogou a então vigente Resolução nº 199/2006. A estrutura aprovada procurou alinhar-se à realidade fática criada a partir da modelagem e de melhoria de processos de trabalho, bem como da incorporação de produtos obtidos em projetos e de outras inovações viabilizadas por meio da implantação dos planos institucionais.

No âmbito da Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), foi criada a Assessoria de Segurança da Informação e Governança de Tecnologia da Informação (Assig). Na Secretaria-Geral de Administração foi criada a secretaria-adjunta, a Comissão Disciplinar Permanente e mais uma gerência de processos administrativos. A Secretaria-Geral de Controle Externo passou a ter onze secretarias de controle externo de âmbito nacional.

### **1.2. ATIVIDADES RELACIONADAS A ÓRGÃOS E ENTIDADES INTERNACIONAIS**

O TCU mantém relações de cooperação com Entidades Fiscalizadoras Superiores de vários países. A cooperação vai desde o mero atendimento a pesquisas e outras trocas de informações até a organização de atividades de treinamento e intercâmbio técnico mais profundo sob a égide de acordos de cooperação bilaterais e multilaterais.

Além de manter intercâmbio com Entidades congêneres no âmbito da *International Organization of Supreme Audit Institutions* - INTOSAI (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores) e de um de seus grupos regionais, a Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS, o Tribunal mantém cooperação intensa no âmbito da Organização das Instituições Supremas de Controle - ISC da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP e da Organização das Entidades Fiscalizadoras dos Países de Mercosul, Bolívia e Chile.

No âmbito da Intosai e da Olacefs, o TCU participa, como presidente, coordenador ou membro, de comissões técnicas e grupos de trabalho, conforme o quadro adiante.

**Quadro 1 – Participação do TCU em Organizações Internacionais de Fiscalização**

<b>Organização</b>	<b>Comissão técnica/grupo de trabalho</b>	<b>TCU</b>
Intosai	Comitê de Normas Profissionais	Membro
	Subcomitê de Auditoria de Desempenho	Presidente
	Subcomitê de Auditoria de Conformidade	Membro
	Subcomitê de Auditoria de Controle Interno	Membro
	Comitê de Dívida Pública	Membro
	Comitê de Auditoria de Tecnologia da Informação	Membro
	Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental	Membro
	Grupo de Trabalho de Privatização, Regulação Econômica e PPP	Membro
Olacefs	Comissão Técnica de Auditoria de Meio Ambiente – Comtema	Coordenador
	Comissão Técnica de Avaliação de Desempenho das EFS e Indicadores de Desempenho – Cedeir	Membro
	Comitê de Capacitação Regional	Membro

Em 2008, o TCU se fez presente nos seguintes eventos internacionais:

- Conferência sobre Segurança da Informação – ISACA: participação do auditor Augusto Sherman Cavalcanti no evento realizado na Cidade do Panamá, Panamá, entre os dias 28 e 30.1.2008;
- Reunião Especial do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da Intosai: participação do ministro Walton Alencar Rodrigues no evento realizado em Pretória, África do Sul, de 29.1 a 1º.2.2008;
- 1ª Conferência e Exposição Panamericana de Geossintéticos: participação de servidor no evento realizado em Cancún, México, de 2 a 5.3.2008;
- V Reunião do Subcomitê de Auditoria de Conformidade da Intosai: participação do ministro Augusto Nardes no evento realizado em Tunis, Tunísia, nos dias 3 e 4.4.2008;
- Reunião do Conselho Diretivo e V Assembléia Geral da Organização das ISC da CPLP: participação dos ministros Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler, nos eventos realizados em Porto, Portugal, em 8.5.2008;

- VII Reunião do Grupo de Coordenação do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da INTOSAI: participação dos ministros Walton Alencar Rodrigues e Guilherme Palmeira, no evento realizado em Tallin, Estônia, de 6 a 9.5.2008;
- XVII Reunião do Grupo de Trabalho de TI da INTOSAI: participação do ministro Walton Alencar Rodrigues, no evento realizado em Tóquio, Japão, nos dias 21 e 22.5.2008;
- Conferência CRECER sobre Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento na América Latina: participação de servidor no evento realizado em San Salvador, El Salvador, de 11 a 13.6.2008;
- Seminário sobre alianças público-privadas: investimento em benefício do país: participação de servidor no evento realizado em Lima, Peru, em 27.6.2008;
- Reunião de transferência da Secretaria-Executiva da Organização das EFS dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile: participação do ministro Walton Alencar Rodrigues no evento realizado em Buenos Aires, Argentina, nos dias 1º e 2.7.2008;
- Seminário sobre melhores práticas em auditoria de projetos de meio ambiente na região amazônica: participação de servidoras no evento realizado em Bogotá, Colômbia, de 14 a 16.7.2008;
- Reunião do Grupo de Trabalho de Dívida Pública da Intosai: participação do ministro Walton Alencar Rodrigues no evento realizado em Nadi, Ilhas Fiji, nos dias 24 e 25.7.2009;
- Seminário Equidade e Tributação na América Latina – Tendências Recentes: participação de servidores no evento realizado em Montevidéu, Uruguai, de 28.7 a 1º.8.2008;
- Reunião do Grupo de Trabalho encarregado do Plano Estratégico da OISC/CPLP 2008-2010: participação de servidores no evento realizado na Cidade da Praia, Cabo Verde, de 16 a 18.9.2008;
- Reunião da Comissão de Avaliação de Desempenho das EFS e Indicadores de Desempenho / Olacefs: participação do auditor Marcos Bemquerer no evento realizado em San José, Costa Rica, de 16 a 21.9.2008;
- Conferência Latino-americana de Auditoria, Controle e Segurança: participação de servidores no evento realizado em Santiago, Chile, de 17 a 20.8.2008;
- Reunião do Subcomitê de Auditoria de Conformidade da Intosai: participação do ministro Walton Alencar Rodrigues no evento realizado em Bratislava, Eslováquia, de 17 a 19.9.2008;
- Reunião sobre Mudanças Climáticas do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da Intosai: participação do ministro Aroldo Cedraz no evento realizado em Oslo, Noruega, de 21 a 25.9.2008;
- VI Encontro do Grupo de meio ambiente da Eurosai: participação do ministro Valmir Campelo no evento realizado em Kiev, Ucrânia, de 6 a 9.10.2008;
- XVIII Assembléia Geral da Olacefs: participação do ministro Augusto Nardes no evento realizado em Bogotá, Colômbia, de 7 a 10.10.2008;
- Conferência sobre Governança, Risco e Conformidade em TI: participação do ministro Walton Alencar Rodrigues e do auditor Augusto Sherman Cavalcanti no evento realizado em Orlando, EUA, de 8 a 10.10.2008;
- Conferência internacional *“Public financial management for improving programme delivery”*: participação do ministro Benjamin Zymler no evento realizado em Nova Delhi, Índia, de 20 a 22.10.2008;
- V Reunião do Grupo de Coordenação do Comitê de Normas Profissionais da Intosai: participação do ministro Walton Alencar Rodrigues no evento realizado em Pequim, China, de 21 a 23.10.2008;
- XII Congresso Internacional do Centro latino-americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública:

participação do procurador Júlio Marcelo de Oliveira no evento realizado em Buenos Aires, Argentina, de 4 a 7.11.2008;

- Reunião do Conselho Diretor da Intosai: participação do ministro Walton Alencar Rodrigues no evento realizado em Viena, Áustria, nos dias 13 e 14.11.2008;
- Reunião técnica na Auditoria Geral do Canadá: participação de servidor no evento realizado em Ottawa, Canadá, de 17 a 21.11.2008;
- Reunião do Grupo de Coordenação Técnica da Organização das EFS dos países do Mercosul, Bolívia e Chile (EFSUR): participação de servidores no evento realizado em Assunção, Paraguai, de 18 a 20.11.2008;
- XIII Reunião da Comissão Mista da EFSUR e Reunião de Coordenação entre a EFSUR e a OCCEFS: participação do ministro Augusto Nardes no evento realizado em Assunção, Paraguai, em 21.11.2008;
- Fórum Internacional “O Governo Auditor”: participação do ministro Augusto Nardes no evento realizado na Cidade do México, nos dias 3 e 4.12.2008;
- Reunião do Grupo de Trabalho responsável pelo projeto do Plano Estratégico 2008-2010 e do Conselho Diretor da Organização das ISC da CPLP: participação dos ministros Walton Alencar Rodrigues e do ministro-emérito Luciano Brandão Alves de Souza no evento realizado em Lisboa, Portugal, de 15 a 16.12.2008.

**Em 2008, visitaram o TCU as seguintes delegações estrangeiras:**

- Auditoria Geral da Nação - AGN, da Argentina, em 4.3.2008;
- Auditoria Geral do Canadá, entre os dias 9 e 19.3.2008;
- Parlamento Valão, da Bélgica, em 27.3.2008;
- Controladoria Geral de Contas, Auditoria Geral e Comissão de Planejamento da Índia, em 20.8.2008;
- Controladoria Geral da República, Peru, de 25 a 29.8.2008;
- Embaixada da Rússia no Brasil e outras instituições russas, em 29.10.2008;
- Mestrados da Universidade Nacional de General San Martin, da Argentina, de 17 a 19.11.2008;
- Delegação do governo da China, em 25.11.2008.

**Ainda no período, o TCU promoveu os seguintes eventos internacionais:**

- II Reunião do Subcomitê de Auditoria de Desempenho da INTOSAI, no período de 28 a 30.5.2008: participaram técnicos da Austrália, Dinamarca, França, México, Holanda, Noruega, Arábia Saudita e Suécia;
- Reunião da Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente da OLACEFS, no período de 11 a 14.6.2008: participaram representantes da Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru, Venezuela, El Salvador, Panamá, México e Estônia;
- Curso sobre Auditoria Governamental, de 8 a 16.9.2008: participaram técnicos de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

**Servidores do TCU também participaram dos seguintes treinamentos internacionais:**

- Seminário “A carga tributária sobre as empresas grandes e os preços de transferência. A carga sobre pessoas físicas, administração e gestão dos tributos”, realizado em Buenos Aires, Argentina, de 7 a 10.4.2008;

- Conferência e exposição anual da *Society for Human Resource Management – SHRM*, realizado em Chicago, EUA, de 22 a 25.6.2008;
- Curso sobre Auditoria de Dívida Pública, realizado em Quito, Equador, de 24.7 a 6.8.2008;
- Workshops “Implementação de CobiT para a administração e governo de TI” e “Cômputo forense na organização”, realizado em Santiago, Chile, nos dias 22 e 23.8.2008;
- Curso sobre Auditoria de Obras Públicas, realizado na Cidade da Praia, Cabo Verde, de 8 a 13 de setembro;
- Congresso “*Partnership in innovation: from vision to reality and beyond*”, realizado em Washington, EUA, nos dias 7 e 8.10.2008;
- Curso “Auditoria interna em instituições financeiras”, realizado em Londres, Reino Unido, de 13 a 17.10.2008;
- Seminário “Auditoria financeira e de gestão. Verificação da qualidade da auditoria”, realizado em Cartágena de Índias, Colômbia, de 14 a 17.10.2008;
- Curso “Auditoria de serviços públicos, com ênfase em saúde e educação”, realizado em Bogotá, Colômbia, de 20 a 31.10.2008;
- Curso sobre Normas Internacionais de Auditoria, realizado em Cidade da Praia, Cabo Verde, de 27 a 31.10.2008;
- Curso de Auditoria de Performance nos Serviços Públicos, realizado em Lisboa, Portugal, de 2 a 5.12.2008.

### **1.3. ACORDOS E PARCERIAS**

O TCU mantém acordos de cooperação técnica com vários órgãos das diferentes esferas de governo. Na maior parte dessas parcerias, estão previstas: ações de treinamento de servidores, intercâmbio de informações, cooperação técnica e fiscalização de recursos públicos federais repassados a unidades estaduais e municipais.

Algumas parcerias firmadas permitem o acesso de servidores do Tribunal a bases de dados de sistemas informatizados de órgãos e entidades públicas. Essa faculdade é de fundamental importância para subsidiar os trabalhos de fiscalização.

A celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pelo Tribunal foram regulamentados pela Resolução TCU nº 211/2008.

O quadro a seguir identifica os acordos de cooperação técnica vigentes no final do exercício de 2008.

**Quadro 2 – Acordos de Cooperação Técnica**

<b>Entidade</b>	<b>Vigência</b>
Advocacia-Geral da União	22.04.13
Banco do Brasil	19.9.12
Caixa Econômica Federal	Indeterminado
Câmara dos Deputados	Indeterminado
Câmara-e.net	29.4.09
Casa Civil - PR	16.06.10
Conselho Nacional de Justiça	15.2.09
Controladoria-Geral da União	19.11.09
Governo do Estado de Minas Gerais	27.09.11
INCRA	30.09.13
Junta Comercial do Estado do Ceará	14.12.11
Ministério - Ciência e Tecnologia	08.07.12
Ministério da Previdência Social – Dataprev	8.12.10
Ministério do Meio Ambiente	30.11.09
Órgãos de Fiscalização - Ceará	18.06.10
Órgãos de Fiscalização - Paraíba	Indeterminado
Órgãos de Fiscalização - Pernambuco	Indeterminado
Órgãos de Fiscalização - Rio Grande do Norte	Indeterminado
Órgãos de Fiscalização no Estado do Rio Grande do Norte	Indeterminado
Procuradoria da União - RN	11.12.13
Radiobras	10.10.10
Reino Unido (Grã-Bretanha)	31.03.11
Secretaria da Receita da Paraíba	16.12.12
Secretaria da Receita Federal *	25.8.09
Secretaria da Receita Federal **	Indeterminado
Senado Federal	6.12.12
Superintendência Regional da Polícia Federal - RN	26.11.13
Supremo Tribunal Federal	18.12.10
TICONTROLE - Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle	Indeterminado
Tribunal de Contas do Distrito Federal	16.10.09
Tribunal de Contas do Estado da Bahia	14.02.10
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba	19.9.09
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	29.5.09
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	02.03.10
Tribunal de Contas do Estado do Pará	10.6.09
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte	23.8.09
Tribunal Regional do Trabalho – 12ª Região	4.2.09
Tribunal Superior do Trabalho	17.12.10
Tribunal Superior Eleitoral	02.07.13

\* Fornecimento, em meio magnético ou eletrônico, de cópias das "Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física", apresentadas em papel aos órgãos de controle interno e externo.

\*\* Fornecimento de dados cadastrais e econômico-fiscais agregados.

## 1.4. DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o TCU tem procurado facilitar o acesso a informações relativas às suas atividades e resultados obtidos, utilizando, para isso, diferentes instrumentos e mecanismos, entre os quais se destacam os adiante indicados.

**Portal TCU** (<http://www.tcu.gov.br>) – Em 2008, foi lançado o novo Portal do TCU na internet, o qual dispõe de ferramentas de busca aperfeiçoadas e tem o conteúdo dividido em três seções: produtos e serviços, áreas de atuação e divulgações institucionais.

**Relatórios institucionais** – Em cada trimestre e anualmente, são elaborados relatórios das atividades do Tribunal, os quais são encaminhados, entre outros, aos parlamentares e a diversos órgãos públicos. As informações constantes dos relatórios de atividades têm sido amplamente divulgadas pelos órgãos de imprensa. Estão disponíveis no Portal TCU.

**Contas Públicas** – O TCU mantém na Internet (Lei nº 9.755/1988) a página contas públicas para divulgação de dados e informações acerca dos gastos realizados pelas diferentes esferas do governo (<http://www.contaspublicas.gov.br>).

**Revista do TCU** – Periódico trimestral utilizado para divulgação da jurisprudência do Tribunal, além de trabalhos referentes a assuntos de interesse do controle externo e da Administração Pública em geral. É distribuída a parlamentares e a diversos órgãos públicos. Em 2008, foram publicadas as edições nº 109 a 111. Estão disponíveis no Portal TCU.

**Museu do TCU** – Tem por objetivo preservar e divulgar a história da instituição, de forma dinâmica e interativa com base em acervo composto de peças relacionadas à história do Tribunal, tais como: mobília, documentos escritos com valor histórico, documentos iconográficos, medalhas e condecorações.

Entre as ações voltadas para a sociedade, destaca-se o trabalho direcionado ao público estudantil de diversos níveis, que inclui visitas monitoradas de estudantes de ensino fundamental, médio e superior ao Tribunal. Entre as áreas visitadas estão a Sala das Sessões Luciano Brandão Alves de Souza, o Espaço Cultural Marcantonio Vilaça e o Museu do TCU.

Em 2008 foi lançado o programa de identidade visual para o TCU, mais uma iniciativa do Tribunal voltada para fortalecimento de sua imagem e valorização pela sociedade. A implementação do programa constitui aspecto fundamental para a

melhoria do processo comunicativo, por atribuir uniformidade à imagem institucional e proporcionar consistência em todos os canais de comunicação, tornando a instituição mais presente e conhecida.

As principais publicações editadas pelo Tribunal, no ano de 2008, foram:

- 30 Anos de Tecnologia da Informação no Tribunal de Contas da União;
- Boas práticas em Segurança da Informação - 2ª Edição;
- I Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior;
- Sumário Executivo – Levantamento do referencial estratégico da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação – Sefti;
- Coleção Serzedello Corrêa – Volume I: Legislação histórica do Tribunal de Contas da União e Volume II: Súmulas do Tribunal de Contas da União;
- Convênios e outros repasses;
- Regulação de Serviços Públicos e Controle Externo;
- Ministros do Tribunal de Contas da União – Dados biográficos - 7ª edição;
- Coleção Serzedello Corrêa - Volume III – Legislação de pessoal selecionada e Volume IV – Licitações e contratos administrativos – Legislação básica;
- Gestão da Qualidade – Diretrizes educacionais;
- Sumário Executivo - Auditoria no Sistema de Tratamento e Visualização Radar X-4000;
- Sumário Executivo – Levantamento acerca da Governança de Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal.

## **2. ESTRATÉGIAS E PLANOS**

---

A estratégia representa o meio pelo qual será orientada a execução dos planos da instituição. No setor público, há a necessidade de que a formulação da estratégia leve em consideração as diretrizes de governo e as políticas públicas que se refiram à missão da organização.

Nos últimos anos, o Tribunal tem dado especial ênfase à função de planejamento, de forma a melhor conhecer as expectativas de seus clientes e a estabelecer prioridades de atuação. O estabelecimento de metas anuais de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais de longo prazo, tem contribuído para melhoria dos resultados, aperfeiçoamento da gestão de recursos e desenvolvimento progressivo da organização.

O instrumento do planejamento, no âmbito do TCU, possui duas vertentes básicas: procura alinhar estratégias, processos e pessoas aos objetivos institucionais, por meio de metas anuais a serem alcançadas, atuando também como indutor da melhoria da gestão, na medida em que identifica problemas e respectivas causas e estabelece ações corretivas.

Nesse contexto os projetos se inserem como instrumentos de governança corporativa que aumentam a capacidade da instituição de reagir e principalmente de “proagir”, com eficácia e efetividade, aos desafios e às ameaças que se antepõem ao cumprimento do seu mandato constitucional de defesa do interesse público.

### **2.1. PLANO DE DIRETRIZES**

A definição do Plano de Diretrizes do TCU para o exercício de 2008 contou com a participação de dirigentes e servidores do Tribunal. O plano aprovado contém as diretrizes que pautaram as ações do TCU no período, além dos principais desafios enfrentados pelo Tribunal no cumprimento de sua missão de assegurar a efetiva e regular gestão os recursos públicos em benefício da sociedade.

O Plano foi elaborado a partir da priorização de objetivos estratégicos oriundos das perspectivas de processos internos, de pessoas e inovação e de orçamento e logística do Mapa Estratégico do Tribunal.

Os objetivos e as iniciativas priorizados para o exercício de 2008 estão descritos a seguir:

## Objetivos

- reduzir o tempo de apreciação de processos;
- atuar de forma seletiva em áreas de risco e relevância;
- ampliar a divulgação de resultados da gestão pública e das ações de controle;
- aperfeiçoar instrumentos de controle e processos de trabalho;
- desenvolver competências gerenciais e profissionais;
- promover a motivação e o comprometimento;
- assegurar adequado suporte logístico às necessidades do TCU.

## Iniciativas

- aperfeiçoar, aplicar e avaliar metodologias de seleção e priorização das ações de controle;
- melhorar o relacionamento com o Congresso Nacional;
- promover o intercâmbio de informações, tecnologia, conhecimento e metodologias de trabalho e a realização de trabalhos conjuntos com órgãos e entidades que subsidiem o exercício do controle;
- utilizar, de forma sistemática, informações constantes das bases de dados de órgãos e entidades públicos;
- mapear e racionalizar os principais processos de trabalho do TCU;
- disseminar e intensificar o uso de TI no âmbito do TCU;
- aperfeiçoar o processo de identificação e divulgação dos resultados das ações de controle e das melhores práticas da administração pública;
- adotar medidas no sentido de melhorar a qualidade dos trabalhos de controle externo;
- implantar modelo de gestão por competências;
- implantar política de gestão de pessoas.

As metas estabelecidas pelo TCU no Plano de Diretrizes para o exercício de 2008 foram distribuídas ao longo do ano, para fins de acompanhamento e avaliação do seu grau de execução. O índice de alcance dessas metas pactuadas alcançou o valor de 97%, conforme quadro a seguir.

**Quadro 3 – Grau de Alcance das Metas de 2008**

Indicador	Meta	Executado	%
Processos apreciados de forma conclusiva	6.700	7.629	113,9%
Apreciações de processos em grau de recurso	1.400	1.422	101,6%
Atos de pessoal apreciados conclusivamente	100.000	111.643	111,6%
Relação custo x benefício das ações de controle	5 para 1	27,8 para 1	556,0%
Tempo médio potencial de apreciação dos processos	500	584	83,2%
Resultado Institucional	100	97	97%

De modo global, as metas definidas foram alcançadas, com destaque para a relação custo x benefício das ações de controle, que ficou em 27,8 para 1. Merece destaque também a superação em 13% da meta definida para a apreciação conclusiva de processos. Somente a meta do tempo médio potencial de apreciação dos processos, que foi incluída pela primeira vez no cômputo do resultado institucional, ficou em patamar ligeiramente inferior ao valor planejado.

## **2.2. GESTÃO DE PROJETOS**

A gestão de projetos no TCU contribui para o aperfeiçoamento de processos de trabalho e o fortalecimento de ações de controle voltadas para a melhoria do desempenho da gestão pública. Também resulta na identificação de talentos internos, no desenvolvimento do potencial técnico e de gestão dos quadros do TCU e na absorção de novas tecnologias e competências.

No ano de 2008, o TCU ultrapassou a marca histórica de 100 projetos constituídos. Ao final do exercício alcançou o total de 102 projetos autorizados, dos quais 8 permaneciam em andamento.

A gestão de projetos permite planejar, definir, detalhar, analisar e monitorar os 160 produtos em desenvolvimento pelos projetos que constituem sua carteira atualmente, sendo fundamental, para tanto, o esforço integrado de gestores, patrocinadores, escritório de projetos e unidades do Tribunal.

Dentro da sistemática de acompanhamento dos projetos em andamento, ao final de cada trimestre, a equipe do Escritório de Projetos realiza reuniões de acompanhamento com os gestores para coleta de informações sobre o andamento dos trabalhos; e seleciona três projetos para uma apresentação específica para os patrocinadores e a Comissão de Coordenação Geral (CCG) com o objetivo de disseminar os benefícios já alcançados e permitir ajustes e correções de problemas ou dificuldades específicas de cada um dos projetos.

O atual modelo de acompanhamento aproxima gestores, patrocinadores e o Escritório de Projetos, fator importante para o bom andamento dos trabalhos e a troca de experiências.

Os projetos encerrados em 2008 estão indicados nos quadros a seguir.

**Quadro 4 – Projetos Encerrados em 2008**

Nº	Projeto	Objetivo	Período
1	<b>AI</b> – Arquitetura da Informação	Instrumentalizar a gestão de conteúdos do Portal TCU com vistas a promover acesso integrado e padronizado aos produtos e serviços de informação do Tribunal.	03/07/2006 a 31/03/2008
2	<b>Apolo</b> – Modelagem de Processos de Trabalho de Educação Corporativa	Mapear, modelar e disponibilizar fluxos de processos e procedimento operacional padrão relativos a educação corporativa no TCU.	22/10/2007 a 31/10/2008
3	<b>Atuar</b> – Atualização da Administração de Recursos Humanos no TCU	Aperfeiçoar a capacidade de resposta da Secretaria de Gestão de Pessoas às demandas que lhe são apresentadas.	1º/04/2004 a 31/03/2008
4	<b>BID</b> – Apoio à Modernização do TCU	Apoiar a modernização do TCU, com vistas a aumentar, direta ou indiretamente, a capacidade fiscalizatória e de controle do Tribunal.	02/07/2001 a 30/04/2008
5	<b>Concurso Público</b> – Modelagem do Processo de Concurso Público	Aprimorar o processo de seleção externa mediante concurso público realizado pelo TCU.	28/03/2008 a 05/12/2008
6	<b>e-Contas</b>	Elaborar sistemática para coleta de contas eletrônicas.	24/09/2007 a 02/05/2008
7	<b>Escritório de Processos</b>	Estabelecer modelo de Escritório de Processo, visando padronizar a metodologia de modelagem de processos em todo o Tribunal, de maneira a garantir visão sistêmica a essa atividade.	06/08/2008 a 05/12/2008
8	<b>Governança de TI</b>	Elaborar diagnóstico preliminar de governança de TI e propor melhorias prioritárias para 2008, visando dotar o TCU de práticas de governança de TI baseadas em padrões nacionais e internacionais.	25/09/2007 a 29/02/2008
9	<b>Regulação</b> – Modernização do Controle da Regulação de Serviços Públicos	Aperfeiçoar a atuação do TCU no controle externo da regulação de serviços públicos objeto de delegação.	1º/03/2004 a 30/04/2008
10	<b>Segedam Sem Papel</b> – Processo Eletrônico Administrativo	Implantar sistemática de documento e processo eletrônico na área administrativa do Tribunal.	13/08/2007 a 30/06/2008
11	<b>SGP</b> – Especificação de Sistema de Gestão de Pessoas	Especificar, com objetivo de licitação, Sistema de Gestão de Pessoas.	24/09/2007 a 23/05/2008
12	<b>Síntese</b> – Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo	Conceber, elaborar e implementar datawarehouse de controle da administração pública.	03/12/2003 a 1º/08/2008

A seguir estão relacionados os principais benefícios alcançados pelos projetos realizados em 2008.

## **Projeto BID**

O Projeto de Modernização do Tribunal, financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atuou em quatro componentes: Qualidade e Gestão; Diálogo Público; Ações de Valorização do Servidor; e Fiscalização e Controle. Suas ações aumentaram a capacidade de fiscalização e controle, implementaram medidas de valorização dos servidores, aprimoraram o sistema de qualidade e gestão do Tribunal, e ampliaram o diálogo público do TCU com a sociedade.

O projeto prestou apoio técnico, financeiro e administrativo a outros 10 projetos: Atena, Pégasus, Atuar, Atender, Sinergia, Portal, Síntese, Combate, Regulação e Águila.

O Projeto promoveu uma maior aproximação do Tribunal com congressistas, prefeitos, gestores e sociedade em geral, por meio das ações de Diálogo Público, nas quais a função pedagógica do TCU assumiu posição de destaque. Houve também maior integração entre servidores dos estados e da Sede. Devido ao sucesso da iniciativa, o Diálogo Público foi incorporado às atividades do Tribunal, com recursos de seu orçamento.

## **Projeto Regulação**

O projeto promoveu a organização e gerenciamento do controle externo da regulação, possibilitando que o TCU fiscalize de forma mais eficiente e efetiva o sistema regulatório brasileiro. Outros impactos gerados pelo projeto foram:

- maior facilidade de acesso a fontes de informações a respeito de doutrinas, teorias e práticas de privatização, reforma regulatória e regulação estatal;
- definição de métodos e técnicas em controle da regulação;
- consolidação e sistematização dos métodos e técnicas já empregados pelo TCU no exercício do controle da regulação.
- maior acesso a bases de dados das agências reguladoras;

## **Projeto Segedam Sem Papel**

O “Segedam sem Papel” implantou sistemática de documento e processo eletrônico na área administrativa do Tribunal, substituindo a tradicional utilização de documentos em papel. O processo eletrônico de documentos propicia: a busca pelo aperfeiçoamento da gestão de documentos, o estreitamento dos canais de comunicação internos e externos, e a implementação de estratégia de desenvolvimento sustentável que estimule a adoção de atitudes e procedimentos de uso racional dos recursos. Até a conclusão do projeto já haviam sido autuados 177 processos eletrônicos e 4.250 documentos eletrônicos em todo o Tribunal.

Os principais benefícios do Processo Eletrônico identificados foram a redução de custos financeiros, operacionais e ambientais associados a impressão de documentos em papel; a otimização de processos de trabalho; maior agilidade e qualidade na instrução e tramitação de documentos e processos administrativos; maior facilidade de acesso a documentos e peças de processos administrativos, inclusive por vários usuários simultâneos; maior segurança das informações contidas em documentos e processos administrativos, inclusive com o controle de permissões de acesso.

Com a realização do projeto o TCU tornou-se órgão de referência no assunto “Processo Eletrônico”, sendo procurado por outros órgãos da Administração Pública para conhecer e até adotar o mesmo sistema implantado no Tribunal.

### Projeto Síntese

O Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo (Síntese) é um exemplo de projeto financiado com recursos do BID que obteve sucesso. Seu objetivo foi prover o TCU de tecnologia de acesso e utilização integrada de dados e informações disponíveis nos sistemas da Administração Pública, visando à detecção de indícios de fraude e ao fortalecimento do controle externo eletrônico. Com o término do projeto as atividades de rotina implantadas foram transferidas para a Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos (Adplan).

Os projetos em andamento no final do exercício estão indicados no quadro a seguir, após apresenta-se a situação dos principais.

**Quadro 5 – Projetos em Andamento no Final de 2008**

Nº	Projeto	Objetivo	Período
1	<b>Águila</b> - Programa de acompanhamento da implementação das ações previstas pelo Projeto Águila	Assegurar a geração de produtos alinhados às diretrizes do Projeto Águila e a efetiva obtenção dos benefícios esperados das propostas alavancadoras, iniciativas estratégicas e propostas operacionais constantes do Plano de Implementação resultante do referido projeto.	30/04/2008 a 30/06/2009
2	<b>Débitos e Multas</b>	Elaborar o projeto básico da revisão e integração dos sistemas de acompanhamento das deliberações do TCU que resultem em débito, multa, inidoneidade de licitante e inabilitação de gestores	09/10/2008 a 23/08/2009
3	<b>Determinar</b>	Desenvolver métodos e procedimentos a serem aplicados na elaboração de determinações e recomendações, assim como no seu monitoramento.	30/06/2008 a 30/06/2009

Nº	Projeto	Objetivo	Período
4	<b>PAS</b>	Participar da elaboração de normas e diretrizes de auditoria de desempenho a cargo do Subcomitê de Auditoria de Desempenho (PAS) da Intosai; revisar e aperfeiçoar o Manual de Auditoria de Natureza Operacional do TCU; e avaliar e estruturar o conjunto de documentos técnicos que dão suporte metodológico à execução de ANOp.	01/10/2008 a 30/04/2009
7	<b>Pessoa I</b>	Implementar conjunto de soluções de TI visando: - redução de problemas críticos que afetam o funcionamento dos sistemas GRH, Sipad e Folha de Pagamento; - implantar a primeira etapa do novo Sistema Integrado de Gestão de Pessoas.	11/07/2005 a 31/03/2009
5	<b>Pitágoras</b>	Implantar metodologias de avaliação de impacto de políticas públicas e de análises quantitativas, a serem utilizadas nas ações de controle externo.	16/06/2008 a 16/06/2009
6	<b>Segurança de TI</b>	Aperfeiçoar a segurança de Tecnologia da Informação no Tribunal de Contas da União, englobando aspectos básicos de integridade, disponibilidade e confidencialidade.	11/08/2008 a 31/03/2009
8	<b>TCU Ecologicamente Correto</b>	Elaborar propostas e implementar ações ecologicamente corretas destinadas a integrar o conceito de sustentabilidade ao funcionamento do TCU.	28/04/2008 a 30/06/2009

### Projeto Águila

O Projeto Águila nasceu da necessidade de uma reflexão acerca da atuação do Tribunal de Contas da União e do desafio de cumprir da melhor forma sua missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Nessa linha, o aperfeiçoamento na forma de atuação do TCU exige assimilar as exigências externas e as experiências individuais e coletivas do corpo técnico, a partir da abertura de amplo processo de consulta e debate no Tribunal, tanto em relação ao diagnóstico da situação atual como em relação às eventuais propostas de mudança.

No contexto do Projeto Águila, foram identificadas 108 rupturas (problemas) que impactam o funcionamento do Tribunal, em especial no desempenho das atividades relacionadas ao Controle Externo, sendo 36 problemas relativos a questões estratégicas e os 72 restantes ligados a aspectos operacionais. Dentre essas rupturas, 31 foram priorizadas pelo Comitê Técnico do Projeto Águila, em função de sua relevância.

Foram validadas 47 propostas de solução, que oferecem tratamento para 86 das rupturas identificadas, incluindo todas as que haviam sido priorizadas. Essas 47

propostas foram consolidadas em 37 ações, que compõem o Plano de Implementação do Projeto Áquila. Para cada uma dessas propostas, foram sugeridas formas de atuação (projetos, grupos de trabalho ou ações internas), objetivos específicos a serem alcançados, produtos a serem gerados e diretrizes a serem observadas na realização dos trabalhos.

O Plano de Implementação do Projeto Áquila estabeleceu ainda três categorias para as propostas: propostas alavancadoras, que possuem impacto mais significativo sobre o desempenho do Tribunal e viabilizam a implementação de outras propostas; iniciativas estratégicas, que visam alterações mais profundas no foco de atuação e na cultura do Tribunal; e propostas operacionais, que têm como objetivo a resolução de questões mais pontuais que impactam o funcionamento da Casa. Para cada uma dessas categorias, foram sugeridas estratégias específicas de implementação que se encontram em andamento.

### **Projeto Débitos e Multas**

O projeto visa elaborar uma revisão e integração dos sistemas de acompanhamento e execução das deliberações do TCU que resultem em débito, multa, inidoneidade de licitante, inabilitação de gestores para cargos e funções públicas e à emissão da lista de gestores com contas julgadas irregulares para fins de declaração de inelegibilidade.

Entre os impactos esperados com o projeto estão o efetivo controle sobre o processo de cobrança de débitos e multas e o acompanhamento tempestivo das atividades das unidades do TCU, das ações realizadas e a realizar a respeito da cobrança de débitos e multas.

### **Projeto Segurança de TI**

O objetivo do projeto é aperfeiçoar a Segurança de Tecnologia da Informação no TCU, englobando aspectos básicos de integridade, disponibilidade e confidencialidade.

O projeto pretende: definir as responsabilidades e atribuições das diversas unidades do TCU no que se refere à segurança da informação; instituir normas de uso do serviço de correio eletrônico, de servidores de arquivos e de dispositivos móveis sem fio, com vista a redução dos riscos de utilização indevida, de fraudes e de contaminação da rede por pragas virtuais, com reflexo na melhoria do desempenho e da disponibilidade dos serviços; eliminar ou mitigar os principais riscos apontados nos

diagnósticos de maturidade do TCU, relativos à norma ISO 17799; e definir o tratamento de incidentes de segurança para permitir contornar com maior rapidez as falhas e vulnerabilidades de segurança e, por consequência, restabelecer o serviço afetado à condição normal de funcionamento em tempo mais condizente com as expectativas dos usuários.

### **Projeto Determinar**

O projeto Racionalização das Determinações e Investimento em Monitoramento (Determinar) está desenvolvendo métodos e procedimentos operacionais a serem aplicados na elaboração de determinações e recomendações, assim como no seu monitoramento. Com vistas ao: aprimoramento e padronização das propostas de determinação e de recomendação; melhoria da qualificação de determinações e recomendações, melhorando a atuação do Tribunal; aumento da concretização do monitoramento das determinações e recomendações, incrementando a efetividade do controle; e redução da quantidade de deliberações.

### **Projeto Pitágoras**

O projeto tem por objetivo implantar metodologias de avaliação de impacto de políticas públicas e de análises quantitativas, a serem utilizadas nas ações de controle externo. Espera-se como resultados a utilização de métodos tecnicamente adequados nas atividades de coleta, análise e tratamento de dados e informações, com o uso de procedimentos estatísticos e de modelos econométricos; a redução do grau de subjetividade na avaliação de efetividade de programas governamentais e análise de políticas públicas, com a utilização de embasamento estatístico; a elaboração de proposta de trabalho piloto de avaliação de impacto com o apoio de consultores externos; e a disponibilização de software estatístico para análise de dados.

Os quadros, a seguir, apresentam números relativos às características operacionais e logísticas dos projetos em andamento no final de 2008.

**Quadro 6 – Pessoal Alocado em Projetos**

<b>Tipo de Vínculo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Servidores em dedicação integral	28	63,6%
Servidores em dedicação parcial	12	27,3%
Estagiários	4	9,1%
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>

**Quadro 7 – Perfil dos Projetos**

<b>Perfil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Melhoria de processos de trabalho	2	25%
Apoio à modernização	2	25%
Definição de novas metodologias	4	50%
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>

### **3. CIDADÃOS E SOCIEDADE**

---

A excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária aos seus clientes, no caso do TCU, ao Congresso Nacional, à sociedade e aos gestores públicos, na condição de usuários de serviços públicos e destinatários da ação decorrente do controle externo.

O interesse da coletividade é o elemento motor da ação do Estado, que deve buscar a satisfação dos usuários de serviços públicos, o acerto das políticas de governo e a valorização da cidadania, de modo a permitir que a arrecadação de tributos possa oferecer retornos efetivos à sociedade pátria, consolidando, assim, os valores democráticos que fundam os alicerces da nação brasileira.

Atento à importância do cidadão-cliente no estabelecimento dos rumos deste Tribunal, a instituição oferece a ele meios de interação permitindo que, além de tomar conhecimento das realizações da Casa, em prestígio ao critério da transparência da Administração Pública, atue diretamente junto a Corte de Contas, por meio de mecanismos específicos, tais como denúncias, representações, consultas e demandas do Congresso Nacional.

#### **3.1. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL**

A cooperação entre o TCU e o Congresso Nacional ocorre de diversas formas, destacando-se: o atendimento a solicitações de realização de auditorias ou de informações, a fiscalização de obras públicas para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, a cessão de servidores para assessorar comissões parlamentares de inquérito e a emissão de parecer sobre as contas do Governo da República.

No exercício, foi aprovada a Resolução-TCU nº 215/2008, que definiu procedimentos específicos para os processos de solicitação do Congresso Nacional, com vistas a permitir maior agilidade, qualidade, uniformidade e entrega de resultados efetivos ao órgão solicitante.

##### **3.1.1 AUDIÊNCIAS NO CONGRESSO NACIONAL**

Dentre as iniciativas promovidas pelo Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades relacionadas com o Poder Legislativo, destaca-se a reunião de audiência pública, promovida pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento, como instrumento destinado a instruir as matérias em trâmite, bem assim tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do TCU estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, bem como à ampliação da oferta de produtos e à apresentação dos trabalhos relevantes do Tribunal ao Parlamento.

Nesse sentido, o Tribunal participou de várias audiências, que contaram com a presença de representantes de diversos órgãos e entidades da Administração Pública, da iniciativa privada e da sociedade civil.

As reuniões de audiência pública se traduziram em significativas oportunidades para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional.

Alguns desses trabalhos, que aperfeiçoam os laços entre o Tribunal e o Parlamento, estão relacionados a seguir.

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - Câmara dos Deputados**

O secretário da 4ª Secretaria de Controle Externo representou o TCU em audiência pública realizada na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC da Câmara dos Deputados, em 9.4.2009. O tema da pauta foi: “Esclarecimentos sobre a Operação Fariseu, em investigação pela Polícia Federal, para desmontar quadrilha envolvida na concessão fraudulenta de Certificados de Entidade de Assistência Social - Ceas”.

A 4ª Secretaria de Controle Externo participou também, em 7.5.2009, de audiência pública na CFFC/CD, para debater as questões relativas ao ressarcimento, pelas operadoras dos planos de saúde, dos valores correspondentes aos serviços de atendimento à saúde, previstos nos respectivos contratos.

Em 4.6.2008, servidores do TCU participaram de audiência pública na CFFC/CD. O objetivo do encontro com parlamentares e representantes da área educacional foi discutir a situação do Programa Universidade para Todos - Prouni e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies.

### **Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – Câmara dos Deputados**

Em 8.5.2008, servidores da 2ª Secretaria de Controle Externo representaram o TCU em audiência pública realizada na Comissão, cujo tema discutido foi: “A real situação dos servidores administrativos e auxiliares da Receita Federal do Brasil, da

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – o cumprimento dos Acórdãos TCU nºs 503/2008 e 1.738/2005-1ª Câmara”.

### **Comissão de Educação e Cultura - Câmara dos Deputados**

Servidores da Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefip representaram o TCU em audiência pública realizada na Comissão, cujo tema foi: “Participação de funcionários ligados a fundações ligadas a universidades públicas em suspeitas de fraudes em concursos públicos e exames da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB”.

### **Comissão de Assuntos Econômicos – Senado Federal**

O TCU participou de audiência pública na Comissão, que discutiu a contratação de crédito externo, no valor de US\$ 24,25 milhões, pelo Estado do Amazonas, tendo como credor o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird. Os recursos têm como finalidade o desenvolvimento da região do Alto Solimões.

### **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senado Federal**

O TCU participou de audiência pública na Comissão, em 17.6.2008, para discussão referente à legislação aplicável à locação de áreas nos aeroportos brasileiros.

## **3.1.2. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS**

O relatório consolidado das fiscalizações realizadas em obras públicas no ano de 2008 foi entregue, em 7.10.2008, ao então Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves. O objetivo do trabalho foi verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária de 2009.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2009, Lei nº 11.768/2008, a Lei Orçamentária de 2009 poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo TCU, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

A LDO/2009 considera irregularidades graves os atos e os fatos que recomendem a suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congêneres, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço, que sendo materialmente relevantes, tenham potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário ou a terceiros, possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato, ou configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida à Administração Pública.

Após o encaminhamento do relatório consolidado ao Congresso Nacional, o Tribunal continua a análise dos processos, considerando as justificativas dos responsáveis envolvidos. Cumpridas as determinações, o Tribunal informa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional a eliminação de óbices à continuidade das obras saneadas.

Foram realizadas 153 fiscalizações in loco, além de 255 acompanhamentos por meio de sistema informatizado. As fiscalizações contemplaram as mais relevantes funções orçamentárias detentoras de recursos do Orçamento-Geral da União de 2008, dentre as quais, destacaram-se, em quantidade, as funções Transporte, Energia e Gestão Ambiental, com 75, 28 e 21 fiscalizações, respectivamente.

O montante de recursos fiscalizados foi superior a R\$ 26 bilhões. Nesse aspecto, a função Energia, com destaque para a subfunção Petróleo, foi o setor que apresentou maior volume de recursos fiscalizados (R\$ 19,3 bilhões). Em segundo lugar, apareceu a função Transporte (R\$ 4,7 bilhões).

O programa Infra-Estrutura Hídrica, com 14 fiscalizações, foi o destaque em quantidade de fiscalizações realizadas. Já o programa Oferta de Petróleo e Gás Natural, com dotação de R\$ 12,09 bilhões, foi o mais expressivo sob o ponto de vista de volume de recursos fiscalizados.

O Tribunal efetuou 84 fiscalizações em obras do PAC (55% das obras auditadas). Foram apontados indícios de irregularidades graves com proposta de paralisação em 13 das 84 obras fiscalizadas, o que equivale aproximadamente a 15%.

Os achados das auditorias foram classificados em "com indícios de irregularidades graves", "demais indícios de irregularidades" e "fiscalizações sem ressalvas". A primeira foi subdividida em "irregularidades graves que recomendam a paralisação da obra ou a retenção cautelar (IG-P)" e "irregularidades graves que não recomendam a paralisação da obra (IG-C)".

Das 153 obras fiscalizadas, em 60 casos (39%) foram apontados indícios de irregularidades graves. Desses, em 48 casos (31%), os indícios são potencialmente

paralisadores de contrato, convênio, etapa, parcela ou trecho de obra. Nos outros 12 casos (8%), recomendou-se retenção cautelar (casos em que o prosseguimento da obra é autorizado desde que haja retenção de valores suficientes para compensar o possível dano ao Erário).

Em relação às unidades orçamentárias que tiveram programas de trabalho com indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, a relação entre o número de subtítulos fiscalizados e os que apresentaram tais indícios pode ser observada na tabela a seguir.

**Quadro 8 – Unidades Orçamentárias com Indícios de Irregularidades Graves (IG-P)**

Unidade Orçamentária	Obras fiscalizadas	Obras com IG-P	
		Quantidade	%
Ministério do Meio Ambiente	2	2	100%
Ministério do Turismo	2	2	100%
Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa	2	2	100%
Agência Espacial Brasileira	1	1	100%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco	1	1	100%
Fundo Nacional de Habitação	1	1	100%
Ministério da Educação	1	1	100%
Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	1	1	100%
Secretaria Espec. Porto/PR	3	2	67%
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária	9	5	56%
Ministério das Cidades	2	1	50%
Ministério da Integração Nacional	17	8	47%
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT	58	25	43%
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	5	2	40%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	3	1	33%
Fundo Nacional de Saúde	3	1	33%
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf	4	1	25%
Petróleo Brasileiro S.A.	13	3	23%

O quadro a seguir apresenta a quantidade de indícios de irregularidades graves, que recomendam a paralisação do empreendimento. Cabe ressaltar que em uma fiscalização podem ocorrer diversos tipos de IG-P. Da mesma forma, em uma mesma fiscalização, o mesmo tipo de IG-P pode ocorrer diversas vezes sendo, nesse caso, considerada apenas uma ocorrência.

**Quadro 9 – Quantitativo de Indícios de Irregularidades Graves (IG-P)**

<b>Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação da Obra</b>	<b>Quantidade</b>
Sobrepço e Superfaturamento	48
Irregularidades graves no processo licitatório	14
Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente	14
Alterações indevidas de projetos e especificações	11
Irregularidades graves na administração do contrato	8
Outras (abaixo de sete ocorrências)	77
<b>Total</b>	<b>172</b>

O somatório dos benefícios potenciais resultantes da fiscalização de obras em 2008 atingiu R\$ 2,8 bilhões, valor substancialmente superior ao observado nos anos anteriores, cujo patamar situava-se em torno de R\$ 1 bilhão. O quadro a seguir apresenta a origem dos benefícios potenciais apurados em 2008.

**Quadro 10 – Benefícios Potenciais da Fiscalização de Obras**

<b>Obra</b>	<b>Benefício Potencial (R\$ milhões)</b>
(PAC) Ferrovia Norte-Sul – TO	500,0
(PAC) Usina Termonuclear de Angra III – RJ	469,3
(PAC) Implantação do Gasoduto Coari – Manaus (AM) de 420 km	392,4
(PAC) Rodoanel Trecho Sul – SP	326,0
Construção do Eixo de Integração da Barragem do Castanhão ao Açude Gavião – CE	161,7
(PAC) BR-230/PA Construção Marabá – Altamira – Itaituba / Anel Viário de Itaituba – PA	94,0
(PAC) Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte / BR-163/PA- Divisa MTPA- Santarém – PA	93,0
(PAC) Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica – Construção da Adutora Pirapama – AM	90,6
Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife – PE	81,6
Demais (29 fiscalizações)	618,5
<b>Total</b>	<b>2.827,1</b>

A relação das obras com indícios de irregularidades graves detectadas pelo Tribunal está disponível para consulta no Portal TCU - <http://www.tcu.gov.br>. (Acórdão nº 2.140/Plenário, de 30.9.2008, TC nº 001.060/2008-9, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)

### 3.2. DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E CONSULTAS

Denúncias, representações e consultas são instrumentos por meio dos quais cidadãos e gestores públicos podem acionar diretamente a atuação do TCU.

O quadro a seguir mostra o quantitativo de processos desse tipo autuados e apreciados conclusivamente em 2008.

**Quadro 11 – Representações, Consultas e Denúncias**

Tipo de Processo	Autuados	Apreciados
Representação	2.398	2.688
Consulta	64	68
Denúncia	444	464

### 3.3. OUVIDORIA

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU.

A Ouvidoria pode ser acessada pelo Portal TCU - <http://www.tcu.gov.br>; por e-mail - [ouvidoria@tcu.gov.br](mailto:ouvidoria@tcu.gov.br); pela central de atendimento - telefone 0800-6441500; e via correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, ed. sede, sala 106, CEP: 70.042-900.

Desde a criação, em 2004, a Ouvidoria recebeu cerca de 20 mil manifestações. Das mais de seis mil registradas em 2008, a maior parte foi recebida por meio do formulário eletrônico disponibilizado no portal do TCU. Para 2009, a estimativa é que a Ouvidoria receba em torno de oito mil manifestações.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

As comunicações de irregularidades são encaminhadas pela Ouvidoria às unidades técnicas do TCU para auxiliar no planejamento de suas atividades. Até dezembro de 2008, o Tribunal julgou 469 processos de fiscalização relacionados a manifestações encaminhadas à Ouvidoria.

Nesses processos, a maior parte dos fatos relatados pelos cidadãos – quase 65% – foi considerada total ou parcialmente procedente pelas equipes de auditoria do

Tribunal, resultando em benefícios diretos na fiscalização do uso do dinheiro público federal.

O quadro a seguir indica a evolução histórica da atuação da Ouvidoria ao longo do período 2006/2008:

**Quadro 12 – Atuação da Ouvidoria**

Tipos de Chamados	2006	2007	2008
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Comunicado de indício de irregularidade	1.442	2.105	2.408
Solicitações de informação e orientação	2.280	2.738	3.696
<b>Total</b>	<b>3.722</b>	<b>4.843</b>	<b>6.104</b>

Observa-se, no ano de 2008, aumento de, aproximadamente, 26% no total de manifestações atendidas pela Ouvidoria.

A participação do cidadão, ao informar a respeito de possíveis irregularidades na gestão de recursos públicos, é de fundamental importância para a garantia da boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. É, também, meio de exercício da cidadania e de fortalecimento da democracia.

## 4. INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

---

O sucesso das organizações públicas e privadas está relacionado com a capacidade de identificar e processar as informações relevantes dos ambientes externo e interno. O adequado gerenciamento de informações é condição imprescindível para que se implemente o modelo público de gestão orientado para resultados.

Informação e conhecimento representam a inteligência do Tribunal. Tratam de como são processados e avaliados os dados e os fatos do TCU e aqueles provenientes do ambiente externo, que não estão sob seu controle direto, mas, de alguma forma, podem influenciar seu desempenho.

Em 2008, as ações de Tecnologia da Informação mantiveram a orientação iniciada no exercício anterior, especificamente quanto à ampliação do uso de soluções de TI, à melhoria da governança e à disponibilidade dos serviços afetos a essa área, de acordo com diretrizes constantes do Plano Estratégico do TCU e do Plano Diretor de TI.

As atividades de tecnologia da informação em 2008 estão organizadas nos tópicos discriminados a seguir.

### 4.1. PLANO DIRETOR DE TI

O Plano Diretor de TI – PDTI tem abrangência bianual e é revisado anualmente. Em 2008, fez-se avaliação do grau de alcance do plano 2007 – 2008, excluindo-se deste, para elaboração do PDTI 2008-2009, as ações concluídas no exercício de 2007 e incluídas novas previstas para serem iniciadas em 2009.

O planejamento de tecnologia para o biênio 2008 – 2009 prevê 146 ações agrupadas nas seguintes iniciativas:

- disseminar e intensificar o uso de TI no âmbito do TCU;
- apoiar e sistematizar o desenvolvimento de soluções departamentais;
- promover intercâmbio de informações, tecnologia, conhecimento e metodologias de trabalho e a realização de trabalhos conjuntos com órgãos públicos e entidades que subsidiem o exercício do controle;
- aperfeiçoar o processo de identificação e divulgação dos resultados das ações de controle e das melhores práticas da administração pública;
- implantar política de gestão de pessoas;
- adequar a estrutura física do Tribunal à expansão do quadro de pessoal;
- elevar a satisfação dos usuários com a disponibilidade e o desempenho das soluções de TI;
- ampliar a Segurança da Informação no TCU;
- implementar modelos de governança e de gerenciamento de serviços de TI.

Todas as ações com início previsto em 2007 para serem concluídas em 2008 foram realizadas. Das 89 ações do Plano Diretor de TI previstas para serem iniciadas e concluídas em 2008, foi possível implementar 47%.

## 4.2. SISTEMAS INTERNOS

O PDTI 2008 - 2009, em sintonia com o Plano de Diretrizes do TCU, estabeleceu, entre outras, orientação específica de integração das soluções de TI. Cumpre destacar o processo de integração em curso, que busca ampliar os benefícios das soluções existentes, melhorar e padronizar as interfaces, bem assim reduzir o quantitativo de recursos de informática que integram o portfólio de TI.

O portfólio de tecnologia da informação para apoio às atividades administrativas e de controle externo do Tribunal contabiliza inúmeras soluções. Os principais grupos se referem a sistemas corporativos e sistemas externos do TCU. Internamente, estão em funcionamento 64 sistemas. Desses, em 2008, vários receberam significativo investimento em desenvolvimento de melhorias e de novas funcionalidades, a seguir discriminados:

- **Processo Eletrônico:** o Processo Eletrônico Administrativo marca o início do uso do processo eletrônico na área administrativa do Tribunal, em substituição à tradicional prática de formalização de documentos e processos em papel. Em julho de 2008 essa solução foi implantada e passou a ser utilizada na Segedam. No final de outubro, o uso da solução foi estendido às demais unidades do TCU.
- **Fiscalis Execução:** houve a incorporação do Sistema Fiscobras pelo Fiscalis; adicionalmente, também foi implantada uma nova versão do relatório para consolidação de Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC, que facilita o trabalho de consolidação pela unidade coordenadora.
- **Sagas – Sistema de Apoio, Gerenciamento e Assessoramento às Sessões:** facilidades foram incorporadas ao sistema, como a implantação do conceito de sessão eletrônica no TCU, a funcionalidade para acompanhamento das sessões previstas em andamento (*on line*) e a consulta ao histórico de sessões encerradas.
- **Processus – Web:** nova interface com facilidades de pesquisa com árvores e campos que facilitam a entrada de dados.
- **Patrimônio:** solução de problemas de fechamento contábil com a introdução do conceito de “Alteração de valor” e a redefinição dos tipos de baixa, com mapeamento para os tipos de baixa do Siafi.
- **GRH – Gestão de Recursos Humanos:** aperfeiçoada funcionalidade que permite a cada servidor consultar documentos pessoais digitalizados e o novo módulo de frequência, que possibilita melhor gestão dos afastamentos e eventos de frequência de servidores, bem como a descentralização do cadastramento.
- **Folha de Pagamento:** desenvolvida nova aplicação para geração de fichas financeiras de servidores. Foi também realizada mudança de leiaute do contracheque e a atualização do programa de geração de DIRF e RAIS 2008 e 2009.
- **Sisunidade:** lançada a versão web do sistema Sisunidade, na qual foram inseridas várias melhorias, entre elas a criação de regras para exclusão de unidades, o que impede que elas sejam removidas com processos ou bens patrimoniais pendentes de aceite ou na carga e com servidores lotados.

- Cadirreg: houve melhorias no Relatório de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares para fins eleitorais, que foi entregue em 26.6.2008 ao TSE. O novo relatório, disponibilizado esse ano no formato “PDF”, foi elaborado para ser atualizado e publicado dinamicamente todos os dias com base nas informações lançadas pelas unidades técnicas.
- Sinergia: realizada a migração do *Business Objects*, software responsável pela interface de geração dos relatórios. Uma versão mais recente foi instalada e o modelo de licenciamento do software foi alterado para abrigar a crescente demanda de utilização do sistema.
- Clientela: houve ajustes na estrutura de dados para permitir o registro de novas informações e a atualização/padronização dos conteúdos das tabelas existentes. Também foram realizadas mudanças no leiaute das telas de cadastramento e de consulta.
- Siscontas-Coleta – Sistema de Coleta de Contas: sofreu nova reformulação. A partir de 2008, as contas passaram a ser coletadas no formato de documento eletrônico, totalizando 4.554. Esse formato confere maior perenidade e flexibilidade ao sistema.
- Sisac-Coleta e Sisac-Net: foi desenvolvido o novo Sisac-Net que permite a inclusão/atualização *on line* de atos de pessoal, inclusive para os usuários externos – gestor de pessoal e controle interno. No exercício, o sistema foi disponibilizado para o público externo e interno ao TCU. Foram realizadas mais de dez visitas a órgãos públicos da administração pública a fim de divulgar o Sisac-Net. Inicialmente, ele foi liberado para o Ministério do Exército como projeto piloto e atualmente está sendo utilizado por mais de vinte órgãos públicos.
- GSWEB – Sistema de Acompanhamento de Saúde: adquirido e implementado no TCU em 2008. Esse sistema tem por finalidade auxiliar no acompanhamento da saúde dos servidores. Entre as funcionalidades, pode-se destacar o cadastramento de exames periódicos de saúde e gerência de perícias médicas.
- Síntese – Sistema de Inteligência para o Controle Externo: vários módulos foram concluídos e entregues ao Tribunal pelo Serpro, responsável pelo desenvolvimento da solução. Em 2009, já será possível planejar as fiscalizações com base em informações extraídas do sistema.

### 4.3. SISTEMAS EXTERNOS

Para alcançar sua missão institucional, o TCU exerce atividades essencialmente ancoradas na informação e no conhecimento. O acesso às informações existentes na Administração Pública é fundamental, uma vez que permite ampliar o universo a ser fiscalizado e possibilita maior foco para atuação. Diante da generalizada informatização do aparelho estatal, tornou-se imprescindível ao Tribunal estabelecer parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública para acesso a sistemas informatizados e bases de informação dessas entidades. Ao final de 2008, o Tribunal tinha acesso a 32 sistemas externos, conforme quadro adiante.

**Quadro 13 – Sistemas Externos Acessíveis pelo TCU**

Sigla	Nome do sistema	Provedor	Área de atuação
Sisbacen	Sistemas do Banco Central	Banco Central	Controle Externo
Siscomex	Sistema de Comércio Exterior	Banco Central	Controle Externo
Siasg	Sistema de Administração e Serviços Gerais	MPOG	Controle Externo

<b>Sigla</b>	<b>Nome do sistema</b>	<b>Provedor</b>	<b>Área de atuação</b>
Sidor	Sistema Integrado de Dados Orçamentários	MPOG	Controle Externo
SPIU	Sistema de Patrimônio da União	SPU	Controle Externo
CPF/CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas	SRF	Controle Externo
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira	STN	Controle Externo
Siafi Gerencial	Siafi Gerencial	STN	Controle Externo
Datalegis	Base de Dados da Legislação Brasileira	Directdata	Controle Externo - acesso a normas
Sislex	Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres	INSS	Controle Externo - acesso a normas
GLIN	<i>Global Legal Information Network</i>	MJ	Controle Externo - acesso a normas
Sisnorma	Sistema de Acompanhamento de Normas	MJ	Controle Externo - acesso a normas
Infoseg	Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública	MJ	Controle Externo - auditoria e inteligência
Reuters	Sistema de Informações Financeiras	Setec	Controle Externo - auditoria e inteligência
Ativa	Sistema Ativa	SFCI	Controle Externo - auditoria e inteligência
Sinapi	Sistema Nacional de Preços de Referência	CEF	Controle Externo - fiscalização de obras
Siape	Sistema de Administração de Pessoal	MPOG	Controle Externo - fiscalização de pessoal
Águia	Sistema de Ajuste de Guias de Arrecadação	INSS	Controle Externo - previdência social
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais	INSS	Controle Externo - previdência social
Dívida	Sistema de Acompanhamento da Dívida Ativa	INSS	Controle Externo - previdência social
Informar	Sistema de Informações Gerenciais de Arrecadação	INSS	Controle Externo - previdência social
Sicob	Sistema de Débito, Parcelamento e Cobrança	INSS	Controle Externo - previdência social
Sisben	Sistema Único de Benefícios	INSS	Controle Externo - previdência social
Sisobi	Sistema de Controle de Óbitos	INSS	Controle Externo - previdência social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais	MTE	Controle Externo - previdência social
Cadin	Cadastro de Responsáveis Inadimplentes	Banco Central	Controle Externo - responsabilização pública
Renavan	Cadastro Nacional de Veículos	MJ	Controle Externo - responsabilização pública

Sigla	Nome do sistema	Provedor	Área de atuação
Rede RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas Institucionais	Senado Federal	Área meio - gestão do conhecimento
Siafi Educacional	Siafi para treinamento	STN	Área meio - gestão do conhecimento
Rede Serpro	Acesso à Rede Serpro	Serpro	Infraestrutura
Tempus Siafi	Transferência de Arquivos do Siafi	Serpro	Infraestrutura
Tempus Siape	Transferência de Arquivos do Siape	Serpro	Infraestrutura

#### 4.4. PORTAL TCU

O Portal TCU é um instrumento estratégico de gestão do conhecimento institucional e promove a transparência das ações do TCU e o controle social. No período, sua estrutura foi reformulada e a nova versão foi lançada em 8.7.2008, com as seguintes melhorias, entre outras:

- nova *home-page*: definição de nova *home-page* com perfis diferenciados para cidadão e TCU;
- criação de 2.430 páginas;
- concepção e implementação de 67 iniciativas de redes de compartilhamento de informações e tecnologias;
- identidade visual: o leiaute do Portal foi reformulado, padronizado e ajustado à nova logomarca do TCU;
- foco nas pessoas: as informações foram reorganizadas por perfis de interesse e temas, de forma a oferecer ao usuário diferentes alternativas de acesso às áreas de atuação, produtos, serviços e publicações do TCU;
- usabilidade: com o intuito de aperfeiçoar as experiências interativas dos usuários, as estruturas de navegação da interface basearam-se em recentes estudos e recomendações sobre usabilidade em portais;
- acessibilidade: inclusão de botões para facilitar o acesso para pessoas com deficiência visual ou motora;
- interoperabilidade: o armazenamento dos dados é feito de acordo com padrões internacionais, de forma a permitir o compartilhamento de informações entre sistemas externos;
- biblioteca digital: desenvolvimento de módulo de biblioteca digital, de acordo com as definições do projeto Arquitetura da Informação.

Para os usuários internos, o acesso pode ser feito por meio do *login* integrado, que dispensa o *login* para cada novo programa acessado. E a troca de senha é feita em todos os sistemas corporativos, de uma só vez. O novo Portal tem integração e atualização automática de informações dos diferentes diretórios com os dados de pessoal e de lotação constantes da base do GRH. A migração de todos os conteúdos do antigo para o novo Portal tem se processado de forma gradativa e em conjunto com as unidades do Tribunal.

A seguir, as principais funcionalidades adicionadas ao Portal:

- Contas do Governo: relatório anual das Contas do Governo, edição 2007, publicado em formato multimídia, com vídeo explicativo do relator, relatório em documento no formato pdf e as fontes de dados que o embasaram;
- suporte a eventos: desenvolvimento e implementação de ferramenta para auxílio a eventos realizado pelo Tribunal: divulgação e inscrição *on line* dos participantes via Portal TCU;
- novo União: criação de modelo para editoração da versão impressa do União e criação de informativo eletrônico do jornal para envio por e-mail;
- portal TIControle: comunidade de Gestores de TI do governo, cujo ambiente foi desenvolvido e será mantido pelo TCU;
- portal EFSul: criação pela Setec, em parceria com a Arint.

## 4.5. INFRA-ESTRUTURA

### Aquisições

Entre as aquisições de equipamentos e soluções de TI realizadas em 2008, destacam-se as seguintes:

- 1500 microcomputadores desktop;
- 50 servidores de rede;
- 133 notebooks;
- 209 scanners de mesa (projeto Segedam sem papel).

### Office 2007

Uma das principais ferramentas de trabalho do TCU, o *Microsoft Office*, foi atualizado no segundo semestre de 2008. Para a instalação da nova versão do Office nas máquinas dos usuários, diversas medidas preliminares tiveram de ser realizadas, tais como:

- testes de integração do Office 2007 com os demais sistemas corporativos do TCU e customização da interface para melhor integração com esses sistemas;
- amplo processo de comunicação e treinamento em parceria com Ascom, ISC e outras unidades da Setec;
- promoção do Office Day no auditório do TCU e com transmissão por vídeoconferência.

### Evolução do Correio Eletrônico

No ano de 2008, a solução de correio eletrônico do Tribunal passou por significativas evoluções tecnológicas. A melhoria na infraestrutura do correio eletrônico permitiu elevar a qualidade do serviço entregue aos usuários de tecnologia. Abaixo quadro comparativo entre a situação anterior e a atual do serviço de correio eletrônico.

**Quadro 14 – Evolução do Correio Eletrônico**

Serviço	Dez/2007	Dez/2008
Plataforma de servidores	2 servidores	5 servidores em alta disponibilidade
	Servidor Compaq	Servidor com processamento 72 vezes superior
	Plataforma Exchange 2000	Plataforma <i>Exchange</i> 2007
Caixas postais	Tamanho original: 30 MB	Divisão por tipo de vínculo e tamanho elevado para 300 MB (crescimento de 1000%)
Solução de anti-spam	Software proprietário, sem alta disponibilidade	Integrado à solução de correio, com alta disponibilidade
Sincronização	Inexistente	Habilitação para sincronização com dispositivos móveis
Listas de distribuição	Apenas estáticas	Inclusão das listas dinâmicas, com reflexo imediato das mudanças de lotação
Base de dados	Única	Distribuída, para aumentar disponibilidade em caso de falha

### Migração do antivírus

A solução de antivírus do Tribunal recebeu atualização com o objetivo de aumentar a proteção aos dados e de funcionamento dos serviços de TI. A nova versão – *Symantec Endpoint* apresenta uma console de gerenciamento melhorada, com nova interface que permite controlar as políticas de segurança. Ela permite, também, imediata visualização dos principais ataques e riscos de segurança sofridos, e a geração de relatórios de segurança do parque computacional.

### Redes sem fio

No início de 2008, foi implantada a rede wireless para o TCU, composta por equipamentos, programas, serviço de instalação e treinamento. A rede *wireless* tem por objetivo facilitar o uso de equipamentos portáteis, como notebooks, possibilitando acesso à rede de usuários lotados em locais em que haja deficiência de pontos de rede e permitindo acesso à Internet de visitantes, desde que autorizados. A rede *wireless* possui cobertura nos Edifícios Sede, Anexos I e II, Instituto Serzedello Corrêa - ISC, e foi recentemente implantada na nova sede da Secex-SP.

### Nova rede interna – Edifício Sede, Anexos e ISC

No início de 2008, foram trocados todos os equipamentos de rede dos Edifícios Sede, Anexos I e II e ISC. Os novos equipamentos possuem maior capacidade de tráfego de rede, e já estão preparados para receber padrões mais

modernos de cabeamento. Além disso, foi implantada alta disponibilidade na conexão desses equipamentos à central de rede, o que representa maior tolerância a falhas.

### **Comunicação com os Estados**

Outra ação a destacar é o avanço na capacidade de comunicação das unidades do TCU nos estados com a Sede, em Brasília. A contratação e implantação dos equipamentos aceleradores de WAN no decorrer de 2008 representaram ganhos significativos de desempenho nos acessos entre secretarias estaduais e Sede. Em amostra mensal, nota-se que houve otimização de tráfego correspondente a aumento de velocidade em três vezes, o que melhorou o desempenho da comunicação de rede com as secretarias nos estados.

### **Sistema de análise de relatórios de acessos à Internet**

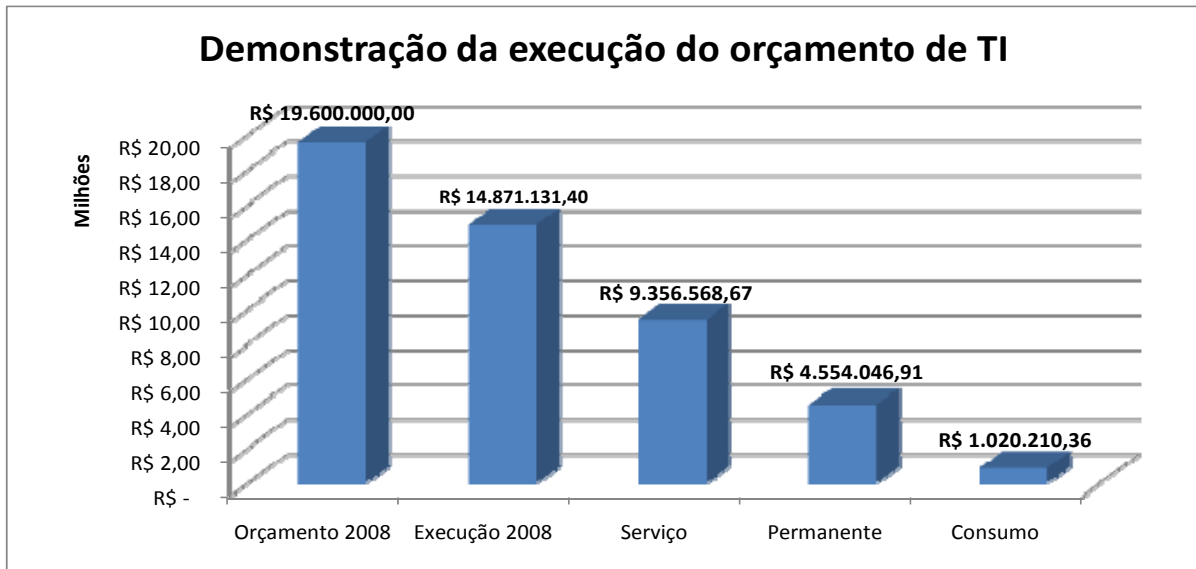
O SARG, sistema de análise de relatórios de acesso à Internet, foi remodelado. Foi criado processo de trabalho que envolve emissão diária e semanal de relatórios, bloqueio de sites e documentação de acessos indevidos. Tal processo está em vigor e implicou ganho na segurança e disciplina no uso dos recursos de Internet, pois agora permite rápida visualização de relatórios de sítios potencialmente perigosos e seu rápido bloqueio.

## **4.6. ORÇAMENTO DE TI**

A dotação orçamentária de TI em 2008 foi da ordem de R\$19,6 milhões e o índice de execução atingiu 76% desse total. O baixo nível de execução verificado deve-se, em grande parte, ao insucesso de contratações de impressoras, equipamentos servidores e solução de filtro de conteúdo.

O gráfico a seguir apresenta o orçamento de TI e sua execução em 2008, e a distribuição nas três rubricas básicas: serviço – 62,7%, material permanente – 30,5% e material de consumo – 6,8%.

Gráfico 1 – Evolução do Orçamento de TI



#### 4.7. GOVERNANÇA DE TI E MELHORES PRÁTICAS

Ao longo do ano de 2008, várias ações referentes à governança de TI e melhores práticas foram realizadas e concentraram-se em três principais vertentes: realização de diagnóstico de maturidade, modelagem e melhoria de processos de trabalho do TCU.

Foi avaliada a maturidade da Setec quanto à utilização das melhores práticas de gestão de serviços de TI preconizadas pelo modelo ITIL e em relação às melhores práticas de segurança da informação ditadas pela norma ISO/IEC 17799. Esses dois modelos – ITIL e ISO/IEC 17799 – são referência internacional e foram utilizados pelo TCU como guia de orientação para fiscalização de TI no governo federal. O produto principal desse diagnóstico foi produzir uma fotografia de como a Setec e, em alguns aspectos, o TCU estão em relação ao conjunto de boas práticas e também subsidiar planejamento para melhoria dos processos de trabalho. Em 2008, foi concluído programa de treinamento nas melhores práticas recomendadas pelo modelo ITIL, alcançando 95% dos servidores da Secretaria.

Como consequência prática dos diagnósticos, várias ações foram adotadas em 2008 pela Setec e pela Segepres. Para tratar da segurança da informação no TCU, foi criada uma unidade responsável por esse tema de forma institucional e foi iniciado um projeto de segurança de TI para normatizar e coordenar ações de segurança da

informação. Em relação ao gerenciamento de serviços de TI, foi adotada solução centralizada para registro e acompanhamento integrado de todas as demandas feitas à Setec. Com essa providência, é possível conferir maior transparência às demandas por serviços de TI, bem como permitir que os usuários acompanhem por meio do portal o andamento de todas as demandas.

## **5. PESSOAS**

---

No setor público, a preparação e o adequado aparelhamento das pessoas para o desempenho de suas atribuições funcionais, ao lado da devida valorização do esforço laboral do servidor, constituem aspectos críticos para o sucesso da organização.

A valorização das pessoas representa importante diferencial para as organizações de sucesso. São as pessoas, capacitadas e motivadas, que operam os processos de uma instituição e fazem com que as metas estabelecidas sejam alcançadas.

O Tribunal, por meio de ações específicas, prepara e estimula as pessoas a desenvolverem seu potencial, o que concorre para criar ambiente seguro e saudável que conduza a excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual.

Informações sobre as práticas gerenciais relacionadas à gestão de pessoas, o quadro de pessoal do TCU, a capacitação de servidores, a qualidade de vida do servidor e a avaliação do bem-estar profissional encontram-se a seguir detalhadas.

### **5.1. GESTÃO DE PESSOAS**

Um modelo de gestão de pessoas retrata a forma como o comportamento humano no trabalho é gerenciado em uma organização. Em outras palavras, seu propósito é definir diretrizes que orientem a atuação dos gestores perante todos que trabalham na instituição e também direcionem a atuação da área de recursos humanos.

O TCU adota a gestão de pessoas por competências, que tem como principal fundamento teórico o estabelecimento de vínculos mais estreitos entre o desempenho humano e os resultados do negócio da organização. A competência é definida no TCU como a capacidade do servidor de mobilizar seus conhecimentos, habilidades e atitudes e de demonstrar um saber agir responsável que o leve a obter desempenho compatível com as expectativas de seu espaço ocupacional. O foco do modelo é identificar, desenvolver e estimular as competências profissionais necessárias para que as competências organizacionais se viabilizem.

### **5.2. QUADRO DE PESSOAL**

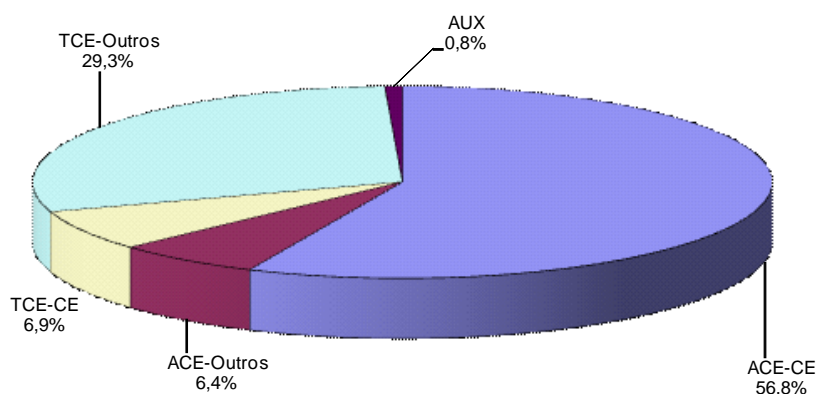
Ao final de 2008, o quadro de pessoal da Secretaria do TCU contava com 2.611 cargos efetivos, dos quais 2.581 estavam ocupados.

**Quadro 14 – Quantitativo de cargos do quadro de pessoal do Tribunal**

Cargos	Efetivo previsto	Cargos ocupados	Cargos vagos
ACE - Controle Externo	1482	1480	2
ACE - Tecnologia da Informação	103	103	0
ACE - Apoio Técnico e Administrativo	32	32	0
ACE - Biblioteconomia	13	13	0
ACE - Enfermagem	1	1	0
ACE - Engenharia	3	3	0
ACE - Medicina	12	11	1
ACE - Nutrição	1	1	0
ACE - Psicologia	1	1	0
<b>Subtotal</b>	<b>1648</b>	<b>1645</b>	<b>3</b>
TCE - Controle Externo	179	179	0
TCE - Técnica Administrativa	634	607	27
TCE - Técnica Operacional	112	112	0
TCE - Tecnologia da Informação	11	11	0
TCE - Enfermagem	7	7	0
<b>Subtotal</b>	<b>943</b>	<b>916</b>	<b>27</b>
AUX - Técnica Operacional	20	20	0
<b>Subtotal</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>2.611</b>	<b>2.581</b>	<b>30</b>

O gráfico adiante apresenta a distribuição do quadro de pessoal do TCU.

**Gráfico 2 – Distribuição dos Cargos Aprovados do Quadro de Pessoal**



O quadro a seguir apresenta a distribuição de lotação dos servidores, por cargo.

**Quadro 15 – Lotação dos Servidores**

Cargo	Segecex			Gabinetes e MP (Sede)	Unidades de Apoio (Sede)	Total
	Sede	Estados	Total			
ACE - CE	606	502	1.108	132	240	1.480
ACE - Outros	8	1	9	0	156	165
TCE	100	218	318	91	507	916
AUX	2	7	9	0	11	20
<b>TOTAL</b>	<b>716</b>	<b>728</b>	<b>1.444</b>	<b>223</b>	<b>894*</b>	<b>2.581</b>

\*Desse total, 20 servidores estão com afastamentos previstos em lei.

Em 2008, foi realizado concurso público para provimento de 120 vagas do cargo de analista de controle externo. Desse total, 99 vagas foram destinadas à área de controle externo (orientação auditoria governamental) e 21 vagas foram para a área de apoio técnico e administrativo, sendo 10 vagas para a orientação gestão de pessoas, 6 vagas para a orientação planejamento e gestão e 5 vagas para a especialidade tecnologia da informação. Entre os meses de outubro e novembro, os candidatos aprovados realizaram a segunda etapa do concurso, o programa de formação, com duração de 120 horas. A solenidade de posse dos aprovados ocorreu no Auditório Ministro Pereira Lira em 1º.12.2008.

O programa de concessão de estágio a estudantes no TCU foi regulamentado pela Portaria nº 314/2008, incorporando disposições da Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio estudantil. O valor do auxílio-transporte foi fixado em R\$ 6,50. O quantitativo de vagas de estágio nas unidades do Tribunal foi majorado para 600, no entanto, o preenchimento dependerá da disponibilidade orçamentária do Tribunal.

### **5.3. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES**

O desenvolvimento de ações de educação no TCU foi definido pela Resolução nº 212/2008. As principais novidades trazidas pelo novo normativo foram:

- conceitos compatíveis com a Política de Gestão de Pessoas do TCU (Resolução nº 187/2006), com a estrutura e organização do TCU e com o modelo de gestão por competências;
- eliminação de restrição de bolsa de estudos para mais de um idioma estrangeiro por período;

- ampliação do regime especial de cumprimento de jornada de trabalho para outras graduações (não só em Direito), cargos de nível médio, cursos a distância (EaD) e trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- fixação de limites para afastamento integral para participar de pós-graduação *stricto sensu*;
- associação da licença para capacitação com as competências requeridas do servidor, observado o interesse estratégico do tribunal;
- regulamentação da gratificação por encargo de curso ou concurso, instituída pela Lei nº 11.314/2006.

Em 2008, o Instituto Serzedello Corrêa - ISC promoveu 224 eventos internos e patrocinou 514 eventos externos. O número de eventos internos promovidos em 2008 superou muito a média dos últimos quatro anos, sendo 75% maior que 2007 e 102% maior que 2006.

Da mesma forma, o número de eventos externos patrocinados registrou 32% de crescimento médio anual nesse período.

Ao todo foram efetivadas 5.418 matrículas nos 738 eventos educacionais (internos e externos), sem contar cursos de pós-graduação, programa de formação de futuros servidores e incentivos educacionais, como bolsas de estudos. Essa marca representa aumento de 46% no total de matrículas em comparação a 2007 e 55% em relação a 2006.

Das 4.192 matrículas em eventos internos, 1.876 eram de servidores da sede, 1.283 de servidores de estados e 925 de convidados. Da mesma forma, das 1.226 matrículas em eventos externos, 791 eram de servidores da sede e 396 de servidores lotados em estados.

Dentre os eventos externos, foram patrocinados 22 eventos no exterior, os quais contaram com 9 participantes dos estados.

Esses dados revelam crescimento, em relação a 2007, de 19% em participantes da sede, 89% de estados e 151% de convidados, considerando matrículas em eventos internos.

Nos eventos externos houve um crescimento médio anual nos últimos 4 anos de 22% no número de participantes da sede, contra 30% no de participantes lotados nos estados.

Importante registrar que o aumento no número de eventos e no número de matrículas não trouxe redução nas horas de capacitação. Em 2008, consolidou-se a média de 21h de capacitação por participante nos últimos 4 anos, considerando eventos internos e externos (exceto pós-graduação, programa de formação e incentivos educacionais).

Foram capacitadas 2.482 pessoas em 2008 (participou de pelo menos uma ação de treinamento, incluindo bolsa de estudos). Dentre as pessoas atendidas, 963 foram convidados e 1.519 servidores do TCU. Houve aumento de 29% no total de pessoas em relação a 2007 e 40% em relação a 2006, além de 75% no de convidados em confronto com 2007 e 167% em relação a 2006.

O crescimento médio de 10% no total de pessoas capacitadas nos últimos 4 anos consolidou o índice de universalização em 57%, ou seja, percentual de servidores atendidos em relação ao total de servidores efetivos do TCU (público-alvo preferencial das ações educacionais), mesmo com aumento médio de 6% no efetivo de servidores nesse período.

Foram registrados 115 participantes de ações de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) promovidas ou patrocinadas em 2008. Sessenta e sete pessoas foram certificadas pelo ISC em dois cursos de especialização promovidos internamente, elevando a média dos últimos 4 anos para 118 pessoas certificadas, crescimento médio de 4% nesse período.

As ações de pós-graduação promovidas pelo ISC a partir de 2005 têm sido feitas em regime de cooperação com outras escolas corporativas de instituições afins. Nesse sentido, o ISC atualmente promove ações em parceria com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados, a Universidade do Legislativo (Unilegis) do Senado Federal, a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU) e a Escola da Advocacia-Geral da União (EAGU).

Com essas ações, o TCU vêm contribuindo com o fortalecimento de parcerias institucionais, intercâmbio entre os alunos, professores e orientadores, bem como consolidando a produção e disseminação de conhecimentos interinstitucionais. As pesquisas científicas e trabalhos de conclusão dos cursos são amplamente difundidos nas instituições participantes.

#### **5.4. QUALIDADE DE VIDA**

A promoção do ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que os servidores possam bem desempenhar suas atividades. Nesse aspecto, o Tribunal incentiva e oferece oportunidades de participação a todos os servidores para a identificação de fatores que interferem na qualidade de vida e no nível de satisfação.

No exercício, foi instituído o Exame Periódico de Saúde – EPS (Portaria-TCU nº 43/2008, regulamentada pela Portaria-Segedam nº 30/2008). O EPS é um programa preventivo de doenças, que tem como objetivos: contribuir para uma cultura

organizacional de hábitos saudáveis, valorizar e melhorar a qualidade de vida dos servidores e autoridades, reduzir o absenteísmo e aumentar a produtividade dos servidores. O EPS será realizado a cada biênio para os servidores com idade inferior a 45 anos e anualmente para aqueles com idade igual ou superior a 45 anos.

A seguir são apresentados alguns programas em funcionamento relativos à saúde e à qualidade de vida dos servidores do TCU:

- **Ginástica Laboral:** tem como objetivo principal minimizar os impactos oriundos do sedentarismo na vida e na saúde do trabalhador, diminuindo com isso as doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho (LER/DORT).
- **Gerente.com:** a proposta deste programa é colaborar com o gerente do TCU na definição de estratégias para resolução de conflitos no ambiente de trabalho e levar informações que possam evitar que os problemas se tornem crônicos. Em 2008, foi lançada a cartilha Guia do Gerente, que visa esclarecer os gerentes acerca de alguns aspectos que impactam a saúde e o bem-estar das pessoas nas organizações.
- **Tá na Mesa:** tem como objetivo levar a servidores e dependentes informações sobre alimentação e nutrição visando mudança de comportamento alimentar e de estilo de vida.
- **Momento Saúde:** é um programa de prevenção de doenças cardiovasculares. A equipe do programa atua periodicamente em formato de circuito, no qual são realizadas as avaliações dos interessados e fornecidas orientações personalizadas.
- **Terapia Comunitária:** espaço de fala e escuta de situações vivenciadas pelos participantes, servindo também como um instrumento auxiliar de prevenção de problemas emocionais. Os encontros são dirigidos por servidores com formação em terapia comunitária e as reuniões são quinzenais, com cerca de 2h de duração.
- **Encontros de “Com-vivência”:** propõem reflexões aos servidores sobre seu modo de vida, com foco no bem-estar. As reuniões acontecem trimestralmente, sob a coordenação de uma psicóloga. Em 2008 foram realizados 3 grupos de Com-Vivência, que contaram com a participação de 105 servidores.
- **Prevenção ao uso do Tabaco:** com o objetivo de apoiar servidores e/ou dependentes a abandonarem o hábito de fumar, esta ação conta com coordenação interdisciplinar de saúde composta por profissionais de Medicina, Enfermagem e Serviço Social. No ano de 2008, o programa de tabagismo contou com 61 participantes, totalizando 228 atendimentos.

## **6. PROCESSOS**

---

A organização pública deve funcionar de modo integrado, com todas as suas ações sistematizadas e direcionadas para a consecução de seus objetivos.

Sob essa condição, processo de trabalho é um conjunto de atividades logicamente interligadas que geram produtos ou serviços. No caso do TCU, no qual a atividade fim é o controle externo da Administração Pública e da gestão dos recursos públicos federais, para a implementação das suas ações finalísticas há que se contar com o indissociável concurso das áreas de apoio, cujos procedimentos administrativos são considerados processos de apoio.

Na seqüência, encontram-se apresentadas as realizações do TCU em termos de ações de controle externo e da área de apoio.

### **6.1. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO**

Os esforços empreendidos pelas organizações públicas federais, para aperfeiçoar a forma de atuação e assegurar resultados mais efetivos à ação do Estado, têm sido em parte ofuscados, ante as constantes práticas ilícitas que são perpetradas contra o Erário.

O TCU, atento à dinâmica dos acontecimentos relacionados à Administração Pública Federal, tem empreendido significativos esforços no sentido de coibir a ocorrência de irregularidades, bem como atuado de modo a identificar e responsabilizar os agentes que, de alguma forma, tenham concorrido, direta ou indiretamente, para a dilapidação do patrimônio público.

No esteio dessa convicção, é que as ações do controle externo, ao longo do exercício de 2008, foram direcionadas para o fortalecimento das ações fiscalizadoras, assim como para a ampliação do número de processos julgados.

#### **6.1.1. PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO APRECIADOS CONCLUSIVAMENTE**

Há alguns anos, o quantitativo de processos de controle externo apreciados conclusivamente constitui meta anual do Tribunal. Esse indicador serve de base para o cálculo do resultado institucional, subsidiando inclusive a apuração da gratificação de desempenho dos servidores do TCU. O quadro adiante detalha o quantitativo de processos de controle externo apreciados em 2008, agrupados por tipo de processo.

**Quadro 16 – Processos Apreciados Conclusivamente**

Classe de Assunto	2006	2007	2008
Tomada e prestação de contas anuais	1.366	1.286	1.702
Tomada de contas especial	1.712	1.411	1.741
Denúncia	267	398	464
Consulta	59	86	68
Representação	1.642	2.086	2.688
Solicitação do Congresso Nacional	76	102	90
Fiscalização	580	555	463
Outros assuntos	433	349	413
<b>Total</b>	<b>6.135</b>	<b>6.273</b>	<b>7.629</b>

Notas:

1) Não constam os processos de solicitação, pessoal e recursos.

2) Outros assuntos: Acompanhamento, monitoramento, acompanhamento de desestatização, comunicação e declarações de bens e renda.

## 6.1.2. CONTAS

Em 2008, foram julgados conclusivamente 1.702 processos de contas ordinárias (tomada e prestação de contas anual) e 1.741 processos de tomada de contas especial. Desse total, 1.212 processos tiveram as contas julgadas irregulares, o correspondente a 35% dos processos de contas julgados, índice que reclama maior preocupação no atendimento às diretrizes de combate à corrupção, desvios e fraudes, bem como colaboração para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

Em relação às condenações e sanções aplicadas, provenientes de julgamento pela irregularidade das contas no ano de 2008, foram condenados 1.807 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito, no montante superior a R\$ 1,05 bilhão. A média por responsável foi de cerca de R\$ 581 mil.

O quadro a seguir informa o montante de condenações e sanções aplicadas no ano de 2008.

**Quadro 17 – Condenações e Sanções Aplicadas**

Natureza	Processos	Resp.	Débito	Multa	Total (R\$)
Tomada de contas especial	67	233	7.992.222,86	1.289.611,43	9.281.834,29
Tomada de contas	21	44	2.393.347,06	430.849,34	2.824.196,40
Prestação de contas	1.124	1.530	1.011.966.302,50	27.410.799,29	1.039.377.101,79
<b>Subtotal – Contas irregulares</b>	<b>1.212</b>	<b>1.807</b>	<b>1.022.351.872,42</b>	<b>29.131.260,06</b>	<b>1.051.483.132,48</b>
Outros processos	134	254	0,00	1.410.964,17	1.410.964,17
<b>Total</b>	<b>1.346</b>	<b>2.061</b>	<b>1.022.351.872,42</b>	<b>30.542.224,23</b>	<b>1.052.894.096,65</b>

Quanto às inovações normativas na área de controle externo, compete destacar a edição da Instrução Normativa (IN) nº 57/2008, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da administração pública federal. Este normativo revogou a IN nº 47/2004.

Foi também editada a Decisão Normativa (DN) nº 94/2008 que define, para 2009, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar processos de contas relativas ao exercício de 2008, especificando a forma, os prazos e os conteúdos dos demonstrativos que os compõem, nos termos dos dispositivos da IN nº 57/2008.

### 6.1.2. COBRANÇA EXECUTIVA (CBEX)

A Resolução nº 178/2005 (alterada pela Resolução nº 218/2008), estabelece os procedimentos para a autuação de processos de cobrança executiva e para a organização da documentação a ser remetida aos órgãos e entidades responsáveis pela execução dos acórdãos condenatórios do TCU.

No exercício de 2008, o TCU encaminhou aos órgãos responsáveis pela execução judicial 1.967 títulos executivos, cujo montante alcançou o valor de R\$ 1.582.505.388,45, sendo R\$ 1.550.864.863,77 originários de débitos e R\$ 31.640.524,68 de multas. O quadro seguinte relaciona os órgãos executores aos quais foram encaminhados os títulos executivos em 2008, com vistas a dar prosseguimento e efetividade ao processo de recuperação de créditos, por meio da execução das decisões do TCU junto ao Poder Judiciário.

**Quadro 18 – Encaminhamento de Títulos Executivos aos Órgãos Executores**

Executor	Processos	Valores
AGU	1.683	1.051.075.427,68
FNDE	205	92.276.700,90
CEF	23	22.567.895,30
Outros	56	416.585.364,57
<b>Total</b>	<b>1.967</b>	<b>1.582.505.388,45</b>

### 6.1.3. FISCALIZAÇÕES

O gráfico a seguir mostra o quantitativo de fiscalizações realizadas no período 2005/2008, discriminando as de iniciativa do próprio Tribunal e aquelas originadas por demanda do Congresso Nacional.

**Gráfico 3 – Fiscalizações Realizadas por Iniciativa**



O quadro a seguir detalha as fiscalizações realizadas por tipo de instrumento (período 2006/2008), assim como especifica o esforço nelas empregado, medido pelo indicador homens-dia de fiscalização (HDF).

**Quadro 19 – Fiscalizações Realizadas**

Instrumento	2006			2007			2008		
	Qtde	HDF	%	Qtde	HDF	%	Qtde	HDF	%
Acompanhamento	37	1.039	2,7%	27	893	2,7%	20	887	2,8%
Auditoria	198	16.281	42,6%	115	10.900	32,9%	124	15.733	49,8%
Inspeção	298	8.231	21,5%	289	8.789	26,5%	177	4.535	14,3%
Levantamento	322	10.905	28,5%	257	11.406	34,4%	181	9.066	28,7%
Monitoramento	49	1.741	4,6%	22	1.173	3,5%	27	1.395	4,4%
<b>Total</b>	<b>904</b>	<b>38.197</b>	<b>100%</b>	<b>710</b>	<b>33.161</b>	<b>100%</b>	<b>529</b>	<b>31.616</b>	<b>100%</b>

As áreas de fiscalização mais representativas, no biênio 2007/2008, encontram-se indicadas no quadro a seguir.

**Quadro 20 – Áreas Fiscalizadas**

ÁREA	Participação %			
	2007		2008	
	Qtde	%	Qtde	%
Obras e Serviços de Engenharia	262	22,3%	169	17,59%
Contratos	213	18,13%	131	13,63%
Licitações	152	12,94%	85	8,84%
Convênios/Transferências Voluntárias	111	9,45%	103	10,72%
Controles Internos	59	5,02%	78	8,12%
Procedimentos Administrativos	68	5,79%	63	6,56%
Pessoal	68	5,79%	38	3,95%
Programas de Governo	30	2,55%	44	4,58%
Outras áreas	212	18,03%	250	26,01%
<b>Total</b>	<b>1.175</b>	<b>100%</b>	<b>961</b>	<b>100%</b>

Nota: uma auditoria pode contemplar mais de uma área, razão pela qual o total de áreas é superior ao de quantidade de fiscalizações realizadas.

#### 6.1.4. ATOS DE PESSOAL

Os procedimentos relativos ao envio e a tramitação, no TCU, para fins de registro, de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão foram definidos pela Instrução Normativa nº 55/2007.

O quadro adiante retrata o quantitativo de atos de pessoal apreciados no ano de 2008, comparativamente aos exercícios de 2006 e 2007.

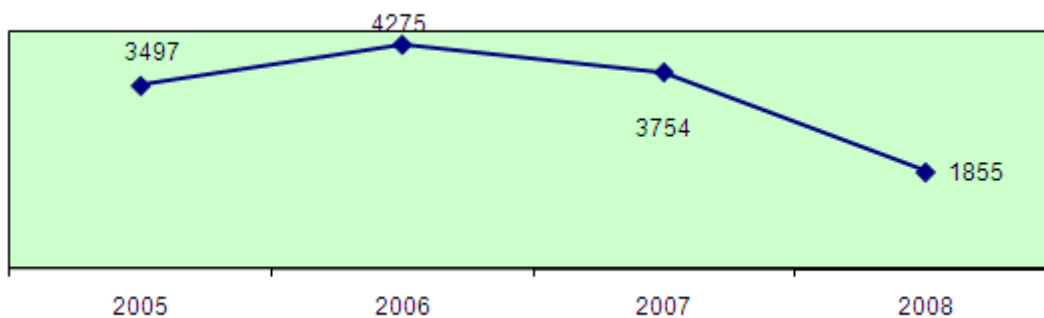
**Quadro 21 – Atos de Pessoal Apreciados**

Tipo de ato	2006	2007	2008
Admissão	67.481	68.238	79.627
Aposentadoria e reforma	33.637	20.800	18.133
Pensão civil e militar	26.636	22.001	13.883
<b>Total</b>	<b>127.754</b>	<b>111.039</b>	<b>111.643</b>

Do total de 111.643 atos de pessoal apreciados em 2008, 71% referem-se a atos de admissão e os outros 29% a atos de aposentadoria, reforma e pensão civil e militar.

Nos três últimos anos, o TCU destinou especial atenção aos atos com indício de ilegalidade, como pode ser visualizado no gráfico a seguir, embora a análise desses atos requeira mais rigor, o que confere maior complexidade ao exame.

**Gráfico 4 – Atos de Pessoal Julgados Ilegais**



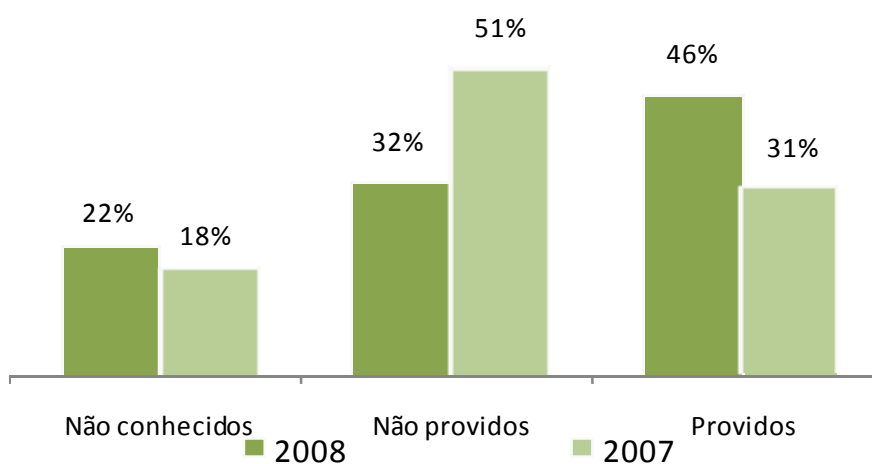
Nota: os atos julgados mais de uma vez foram considerados do ano de seu último julgamento.

### 6.1.5. PROCESSOS EM GRAU DE RECURSO

A possibilidade de revisão das decisões proferidas pelo TCU favorece o saneamento das falhas porventura existentes no processo.

No exercício de 2008, foram apreciados conclusivamente 1.422 processos em grau de recurso pelos Colegiados do TCU. O resultado alcançado pelo Tribunal superou a meta fixada para o exercício (1.400 processos). O gráfico a seguir apresenta o resultado da apreciação de recursos nos anos de 2007 e 2008.

**Gráfico 5 – Resultado da Apreciação de Recursos**



### **6.1.6. AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO**

A avaliação de programas de governo tem por finalidade verificar se a aplicação de recursos estatais tem alcançado os objetivos fixados. Busca, com isso, identificar pontos que podem ser utilizados como padrão de aferimento, bem como oportunidades de melhoria.

Em 2008, foram apreciados os seguintes programas de governo:

- Programa Brasil Alfabetizado;
- Programa Bolsa Família;
- Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura;
- Programa Nacional de Saúde do Escolar (3º Monitoramento);
- Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas;
- Fundação Nacional de Saúde (Funasa);
- Programa Manutenção de Hidrovias;
- Programa Segundo Tempo;
- Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas;
- Programa Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- Programa Geologia do Brasil;
- Programa Resíduos Sólidos Urbanos;
- Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária;
- Programa Banco de Alimentos;
- Ações de Vigilância e Fiscalização no Trânsito Internacional de Produtos Agropecuários.

### **6.1.7. AVALIAÇÃO DE DESESTATIZAÇÕES**

O Tribunal, no exercício de suas competências, acompanha, fiscaliza e avalia as desestatizações realizadas pelo Governo Federal, compreendendo a privatização de empresas e instituições financeiras e a concessão, permissão e autorização para exploração de serviço público.

A fiscalização dos processos de desestatização ocorre mediante ritos específicos para acompanhamento de privatização e para acompanhamento de delegação para exploração de serviços públicos, previstos nos normativos expedidos pelo TCU. As privatizações são acompanhadas em cinco estágios, definidos na Instrução Normativa nº 27/1998. As fiscalizações dos processos de concessão de rodovias federais são também realizadas em cinco estágios definidos pela Instrução Normativa nº 46/2004.

São alguns dos benefícios decorrentes da ação fiscalizadora do TCU reavaliação do preço mínimo, revisões tarifárias do setor elétrico e de transporte e revisão dos critérios técnicos de venda dos blocos de exploração de petróleo.

Em 2008, foram apreciados, de forma conclusiva, 43 processos relativos a desestatizações.

### **6.1.8. CONTAS DO GOVERNO**

Importante atribuição constitucional do Tribunal de Contas da União é a apreciação e a emissão de parecer prévio conclusivo sobre as contas que o Presidente da República, nos termos do art. 71, inciso I, da Constituição Federal, deve prestar anualmente.

Por força do art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº 101/2000, incluem-se nas contas prestadas pelo Presidente da República, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, sobre as quais o TCU emite pareceres prévios, separadamente. Quanto às contas do Poder Judiciário, compete aos presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, consolidando as dos respectivos tribunais, apresentá-las.

Para tanto, o Tribunal elabora relatório contendo o resultado das análises da gestão dos recursos aplicados pelos Três Poderes em confronto com as normas constitucionais, legais, regulamentares e de execução orçamentária e financeira dos orçamentos públicos federais, bem assim com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além dos exames feitos pelo TCU nos documentos, balanços e demonstrativos contábeis encaminhados pelos órgãos dos Três Poderes, o Tribunal também realiza levantamentos e auditorias para subsidiar os pareceres prévios a serem emitidos.

As contas referentes ao exercício 2007 tiveram como relator o ministro Benjamin Zymler, que apresentou parecer técnico a ser submetido à apreciação pelo TCU. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal concluiu que os órgãos dos Três Poderes observaram os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública; que os balanços demonstraram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31.12.2007, e que foram respeitados os parâmetros e limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante disso, e considerando que as ressalvas indicadas na conclusão do Relatório, embora não constituam motivo maior que impeça a aprovação das contas, requerem adoção de medidas saneadoras pertinentes, o Plenário do TCU aprovou, em

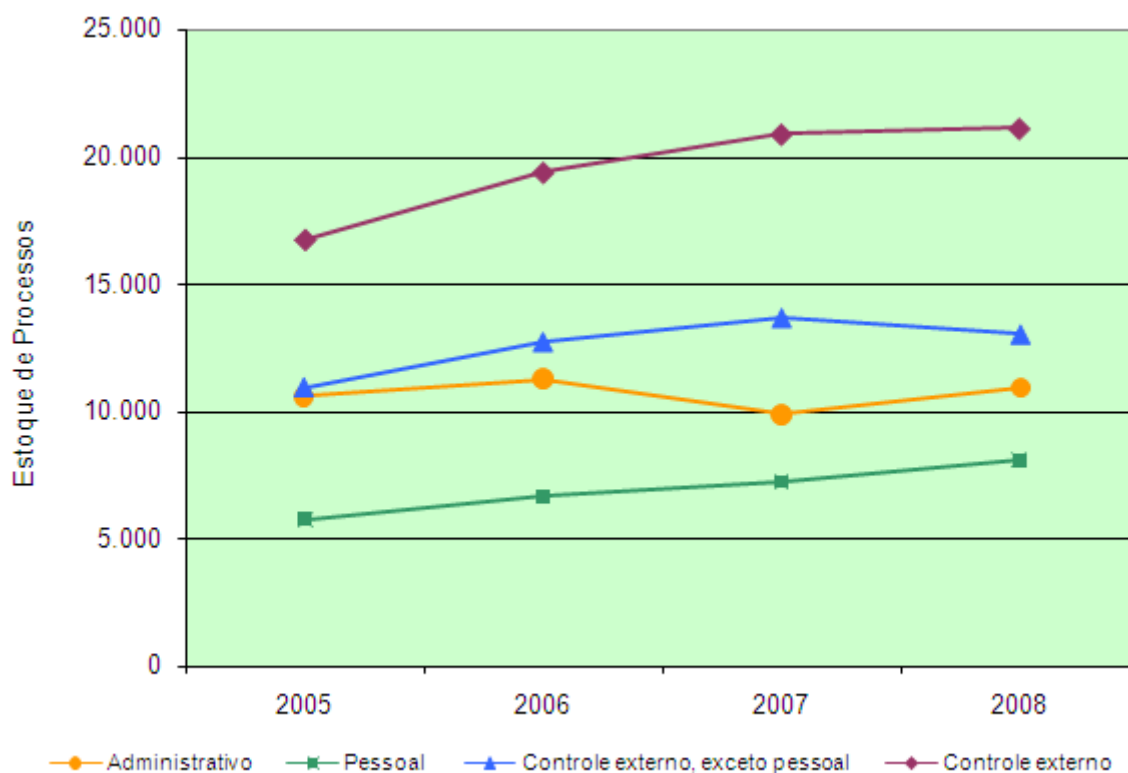
sessão extraordinária, no dia 24.6.2008, por unanimidade, o relatório e os pareceres prévios das Contas do Governo, referentes ao exercício 2007.

O Tribunal encaminhou no dia 9.7.2008 ao Congresso Nacional os pareceres prévios sobre as Contas do Governo, acompanhados do relatório, de sua síntese, e das declarações de voto dos ministros.

### 6.1.9. EVOLUÇÃO DOS ESTOQUES DE PROCESSOS

O estoque de processos de controle externo demonstrou, no exercício em exame, estabilização, após anos de crescimento. O gráfico adiante revela a evolução dos estoques de processos, agrupados por classes: administrativo, pessoal, controle externo (exceto pessoal) e controle externo.

Gráfico 6 – Evolução dos Estoques de Processos



O próximo quadro apresenta os quantitativos de processos em estoque ao final de cada exercício, por tipo de processo.

**Quadro 22 – Evolução dos Estoques de Processos**

Tipo de Processo	Estoques				
	2004	2005	2006	2007	2008
Administrativo	6.607	8.024	8.858	6.626	10.912
Pessoal	5.795	5.532	6.392	7.889	8.107
Controle externo, exceto pessoal	7.583	9.539	12.134	13.378	13.014
Controle externo	13.378	15.071	18.526	21.267	21.121

**6.1.10. INDICADOR DO TCU NO PPA 2008 – 2011**

No Plano Plurianual 2008-2011, Lei nº 11.653/2008, consta para o TCU o programa “Controle Externo”, cujo desempenho é medido pelo índice de apreciação de processos de controle externo. Aludido indicador representa a relação percentual entre a quantidade de processos julgados conclusivamente no exercício e a soma do estoque de processos pendentes de apreciação conclusiva ao término do exercício anterior e os processos autuados no exercício, excetuados os de natureza administrativa e de cobrança executiva.

O quadro adiante mostra a evolução do índice de apreciação de processos, indicador do TCU constante do Plano Plurianual (PPA) 2008–2011 do Governo Federal.

**Quadro 23 – Índice de Apreciação de Processos Definido no PPA**

Item	Valores		
	2006	2007	2008
Processos apreciados no período de 01/01 a 31/12 <sup>(1)</sup>	14.345	18.111	21.036
Estoque em 31/12 do ano anterior <sup>(2)</sup>	16.710	19.377	20.892
Processos autuados no período de 01/01 a 31/12	16.946	19.541	20.501
<b>Índice alcançado</b>	<b>42,6%</b>	<b>46,5%</b>	<b>50,8%</b>

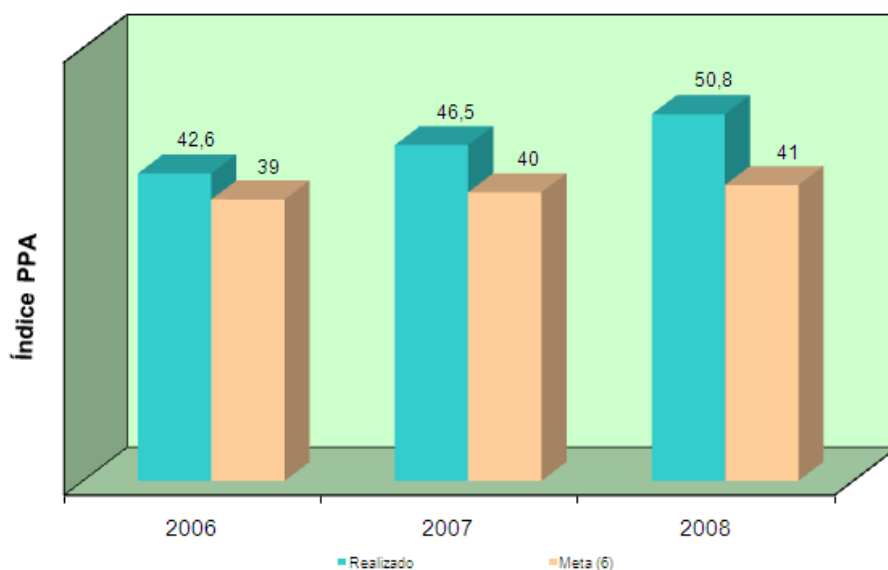
Notas:

1) Processos de controle externo, exceto cobrança executiva;

2) Considerados apenas os processos abertos. Fórmula de cálculo: (processos apreciados no ano) / (processos em estoque em 31/12 do ano anterior + processos autuados no ano). Em todos os cálculos não são considerados processos administrativos, estágio probatório, cobrança executiva e processo típicos da Conjur.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do índice do PPA em confronto com a meta, no período de 2004 a 2008.

**Gráfico 7 – Evolução do Índice PPA**



## 6.2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCU para o ano de 2008 apresentou dotação de R\$ 1.148.766.893,00. A despesa liquidada até o final do exercício foi de R\$ 1.141.782.586,56 (99,39%) da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas no quadro adiante.

**Quadro 24 – Execução Orçamentária e Financeira**

Natureza da despesa	Dotação	Liquidado
<b>Despesas correntes</b>	<b>1.094.995.973,00</b>	<b>1.089.699.901,96</b>
Pessoal	989.521.269,00	989.521.269,00
Ativo	522.492.404,00	522.492.404,00
Inativo e Pensionista	359.945.907,00	359.945.907,00
PSSS	107.082.958,00	107.082.958,00
Juros e encargos da dívida	533.173,00	297.496,63
Outros custeios	104.941.531,00	99.881.136,33
Material de consumo	3.916.427,17	3.902.168,21
Serviços de terceiros	57.816.460,40	52.806.656,48
Auxílio financeiro	37.510.371,59	37.507.309,83
Outras despesas	5.698.271,84	5.665.001,81
<b>Despesas de capital</b>	<b>53.770.920,00</b>	<b>52.082.684,60</b>
<b>Total</b>	<b>1.148.766.893,00</b>	<b>1.141.782.586,56</b>

Nota: a diferença entre as colunas dotação e liquidação (valor total de R\$ 6.984.306,44) refere-se a créditos disponíveis e empenhados a liquidar do TCU e os créditos repassados ao Ministério da Fazenda, para custear despesas de rateio de condomínio das Secex-RJ e Secex-SP, no valor de R\$ 824.933,20.

**Quadro 25 – Previsão e Execução Orçamentária, por Projeto e Atividade**

Projeto/Atividade	Dotação	Executado	%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	102.783.064,00	102.783.064,00	100,00
Amortização e Encargos da Dívida Contratual Externa	1.115.527,00	627.142,92	56,22
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais (Pessoal Ativo)	501.685.740,00	501.685.740,00	100,00
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	19.737.654,00	19.737.654,00	100,00
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	57.219,00	57.219,00	100,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	359.945.907,00	359.945.907,00	100,00
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	78.721.289,00	75.056.433,05	95,34
Construção da Sede do Instituto Serzedello Corrêa – ISC.	36.200.000,00	36.200.000,00	100,00
Modernização da Capacidade Institucional do TCU	2.344.087,00		
Capacitação de Recursos Humanos	3.088.000,00	2.904.494,35	94,06
Contribuição à Organização Latino- Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores – OLACEFS	3.223.707,00	3.223.707,00	100,00
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	14.407.741,00	14.407.741,00	100,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	4.299.894,00	4.299.894,00	100,00
Criação e/ou Provimento de cargos e funções e reestruturação	20.806.664,00	20.806.664,00	100,00
Contribuição à Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – OISCCPLP	24.000,00		
Contribuição à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI	7.200,00	6.432,64	89,34
Contribuição à Organização Latino- Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores – OLACEFS	19.200,00	12.893,60	67,15
Construção da sede da SECEX-AP	300.000,00		
<b>Total</b>	<b>1.148.766.893,00</b>	<b>1.141.754.986,56</b>	<b>99,39</b>

O quadro adiante apresenta a execução orçamentária do TCU, no exercício de 2008, por modalidade de licitação aplicável.

**Quadro 26 – Execução Orçamentária por Modalidade de Licitação Aplicável**

Modalidade	Valores
Dispensa	10.650.208,24
Convite	134.966,12
Tomada de preços	985.079,06
Concorrência	32.212.014,35
Pregão	59.603.646,89
Inexigível	4.862.583,36
Suprimento de Fundos	257.833,65
<b>TOTAL</b>	<b>108.706.331,67</b>

### **6.2.1. RACIONALIZAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS**

Medidas de contenção de gastos adotadas pelo TCU em 2008 proporcionaram economias significativas. Na contratação do novo sistema de ar-condicionado, houve redução de custos ao valor inicialmente orçado, na ordem de R\$ 5.725.000,00 (35,5%).

Houve economia de R\$ 832 mil com aquisição de passagens a preços promocionais.

A economia média gerada nos processos de contratação em 2008 foi de 13,1%. O montante de recursos economizados no período superou R\$ 7 milhões.

Outras ações no âmbito do Processo Eletrônico Administrativo trouxeram como principais benefícios a redução de custos financeiros, operacionais e ambientais associados à impressão de documentos.

### **6.2.2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2009**

Com base em elaborado trabalho de programação orçamentária efetuado pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SECOF/SEGEDAM, o qual considerou informações obtidas junto às diversas unidades desta Corte de Contas, foram definidas as bases da proposta orçamentária para 2009.

Em 25.6.2008 o TCU foi informado pela Secretaria de Orçamento Federal que o limite orçamentário cabível ao TCU era de R\$ 1.263.998.771,00. Desse valor R\$ 1.112.078.164,00 destinavam-se ao atendimento de dispêndios com pessoal e encargos sociais, R\$ 37.021.907,00 para benefícios e R\$ 114.898.700,00 para outras despesas correntes e de capital; exclusive doações (BIRD e Governo Britânico), amortização, juros e encargos da dívida.

O montante consignado ao Grupo de Natureza de Despesa (GND) “Pessoal e Encargos Sociais” foi definido a partir dos seguintes critérios:

- projeção da despesa com base na execução orçamentária efetiva do TCU observada no mês de abril de 2008;
- anualização do impacto decorrente do concurso público realizado em agosto de 2008, com posse de 120 novos servidores em dezembro;
- anualização da primeira etapa da reestruturação do plano de carreira, PL nº 2.509/2007, com implantação prevista para julho de 2008;
- segunda etapa da reestruturação do plano de carreira, com implantação prevista para julho de 2009;
- crescimento vegetativo das despesas do quadro de pessoal estimado em 1% (um por cento).

Nesse contexto, ressalta-se que o referencial informado não contempla os elementos abaixo relacionados os quais foram oportunamente avaliados e inseridos pela SOF, em anexo específico do projeto de lei orçamentária anual, previamente ao seu encaminhamento ao Congresso Nacional:

- Posse de 130 novos servidores, em função da edição da Lei nº 10.799/2003 (100 vagas) e de prováveis vacâncias (30 vagas), ao custo de R\$ 9.175.800,00;
- Criação de 179 funções de confiança, objeto do PL nº 7.451/2006, já aprovado (Lei nº 11.780/2008), no valor de R\$ 1.981.500,00;
- Previsão de criação de 1 cargo de Auditor, objeto do PL nº 3.252/2008, já aprovado (Lei nº 11.854/2008), com estimativa de gasto anual de R\$ 359.600,00;
- Alteração do Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União de que trata o Projeto de Lei nº 2.509/2007, no montante de R\$ 216.338.175,00;

Com relação ao GND “Outras Despesas Correntes e de Capital - OCC” foi fixado, inicialmente, o teto orçamentário de R\$ 151.920.607,00, sendo que desse montante, como já foi citado, R\$ 37.021.907,00 objetivavam ao pagamento de benefícios aos servidores empregados e seus dependentes do atual quadro do TCU e aos novos servidores admitidos até o encerramento do exercício financeiro de 2008.

Posteriormente, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão promoveu a ampliação do limite orçamentário, alocando recursos ao GND “Inversões Financeiras” em R\$ 3.500.000,00, com o fito de propiciar a aquisição dos terrenos onde hoje estão localizadas as Secretarias de Controle Externo nos Estados da Bahia e do Ceará.

Por fim, foram destinados R\$ 942.200,00 para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, decorrente do contrato de empréstimo firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Deve-se acrescentar, também, R\$ 160.000,00 a título de doação oriunda do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial) e do Governo Britânico.

O orçamento do TCU constante da Lei Orçamentária para 2009 (Lei nº 11.897/2008) atingiu o montante de 1.283.357.581,00. O quadro adiante apresenta a evolução da participação orçamentária do Tribunal no Orçamento Geral da União (OGU) até 2009.

**Quadro 27 – Evolução da Participação Orçamentária do TCU no OGU (em R\$ milhões)**

	2006	2007	2008	2009
OGU, exceto orçamento de investimento	1.660.772	1.575.880	1.362.268	1.581.447
Dotação orçamentária do TCU	1.027	1.069	1.055	1.283
Participação do TCU no OGU	0,06%	0,07	0,07	0,08

### **6.3. IMÓVEIS, OBRAS E ENGENHARIA**

No tocante aos projetos, em 2008, realizou-se um trabalho de levantamento dos principais problemas de manutenção das edificações das Secex estaduais projetadas pela Rede Sarah, com o objetivo de elaborar termos de referência para contratação da manutenção dos referidos imóveis. Esse trabalho gerou um relatório e um plano estratégico para manutenção e reforma das Secex: SE, MG, AL, MS, PI, BA, ES e RN.

Elaborou-se um diagnóstico das instalações do edifício sede, com o objetivo de substituir os sistemas de climatização, elétrico, telefônico e de rede, já obsoletos.

Adquiriu-se novo mobiliário para a Segedam, Segecex, Segepres e gabinetes. As especificações desse mobiliário compõem um catálogo de mobiliário padronizado por meio da Portaria nº 316/2008.

No tocante às obras e serviços de engenharia, concluíram-se os serviços de readequação do restaurante, que abrangeu a realocação e criação de novos pontos de iluminação, reforma de painel Athos Bulcão e aquisição de mobiliário.

Está em andamento a execução dos serviços de impermeabilização do edifício sede, anexos I e II, espelho d'água e caixas d'água; de modernização de banheiros e copas do edifício sede; de revitalização dos brises e esquadrias dos anexos I e II; de substituição do sistema de climatização dos anexos I e II; de instalação da nova programação visual; de revitalização do sistema de CFTV e de ampliação da central telefônica.

Finalizaram-se os serviços de readequação da Secex-SP e a nova sede foi inaugurada em 5.12.2008.

Os anteprojetos arquitetônicos das Secex AP, RR, e AC foram finalizados e está em elaboração termo de referência para licitação dos projetos complementares e do arquitetônico executivo.

A planilha a seguir evidencia a situação dos imóveis ocupados pelas Secex regionais.

**Quadro 28 – Situação dos Imóveis Ocupados pelas Secex Regionais**

Situação	Estado
Espaço cedido por Governo Estadual ( 1 )	Amapá
Imóveis alugados ( 3 )	Acre, Roraima, Rondônia
Imóveis próprios ( 22 )	Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e São Paulo.



Realização

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

**Secretária-Geral da Presidência**

Ana Claudia Messias de Lima Martins

**Secretário de Planejamento e Gestão**

Cláudio Sarian Altounian

**Responsáveis**

Domarques Borges Santos

Leonardo Ferreira Luitgards

Permitida a reprodução da obra, desde que citada a fonte, exceto para fins comerciais.

**Seplan:**

Fone: (61) 3316-7498 / 7347

e-mail: [seplan@tcu.gov.br](mailto:seplan@tcu.gov.br)

<http://www.tcu.gov.br>



**[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)**

## **Valores**

Ética

Justiça

Efetividade

Independência

Profissionalismo